

Universidade de Brasília

Faculdade de Comunicação

Departamento de Jornalismo

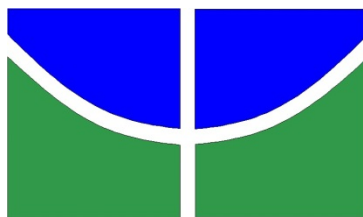
## **Aborto, mídia e eleições:**

**Como as revistas brasileiras abordaram o tema antes,  
durante e depois das eleições presidenciais de 2010**

Marina Baldoni Amaral

Brasília – DF

Julho/2013



Universidade de Brasília

Faculdade de Comunicação

Departamento de Jornalismo

## **Aborto, mídia e eleições:**

**Como as revistas brasileiras abordaram o tema antes,  
durante e depois das eleições presidenciais de 2010**

Marina Baldoni Amaral

Monografia apresentada ao curso de Comunicação Social da Universidade de Brasília como requisito parcial para a obtenção do grau de bacharel em Jornalismo sob orientação da professora Lavina Madeira Ribeiro.

BALDONI AMARAL, Marina.

Aborto, mídia e eleições: Como as revistas brasileiras abordaram o tema antes, durante e depois das eleições presidenciais de 2010.

Orientação: Lavina Madeira Ribeiro

77 páginas

Projeto Final em Jornalismo – Departamento Jornalismo – Faculdade de Comunicação – Universidade de Brasília.

Brasília, 2013.

1.Comunicação 2. Jornalismo 3. Aborto 4. Mulher 5. Feto 6. Eleições 7. Revistas 8. Feminismo 9. Religião

# **Aborto, mídia e eleições:**

## **Como as revistas brasileiras abordaram o tema antes, durante e depois das eleições presidenciais de 2010**

Marina Baldoni Amaral

Prof. Orientadora: Dra. Lavina Madeira Ribeiro

Brasília, 22 de Julho de 2013.

BANCA EXAMINADORA

---

Profa. Dra. Lavina Madeira Ribeiro (Orientadora)

---

Profa. Dra. Tania Siqueira Montoro

---

Profa. Dra. Cláudia Maria Busato

---

Profa. Dra. Susana Madeira Dobal Jordan (Suplente)



Para o Luis, que está sempre ao meu lado.

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço aos meus pais, Malu e Ricardo, que além de tudo o que me deram nessa vida, me permitem acreditar que um outro jornalismo é possível. Me incentivam o olhar crítico e a expressão de minhas opiniões. Me dão amor, carinho e autonomia.

Ao Luis, pelo amor e companheirismo, sempre. Pela paciência, pela força e pela tranquilidade. Pelas aventuras vividas e pelas que virão.

Ao André, pela música.

Aos amigos, que me permitem extravasar, rir e chorar. A vida não teria graça sem essas pessoas fantásticas que coleciono no coração. Ao amigos da FAC, a surpresa mais agradável dessa empreitada.

Às tias, tios, primas e primos, pela família divertida e unida que somos. Pelos risos, pelas festas, pelos gols do Galo e, principalmente, pelas conversas e apoio.

Às avós Venina e Mitinha, pelo exemplo de amor e dedicação. À avó Therezinha e aos avôs Persante e Nozinho, pelas memórias de doçura.

Ao Maurílio, Jacinta, Ana e Gustavo, pela acolhida carinhosa.

Agradeço de coração à minha orientadora, Lavina, sempre presente, serena, atenciosa e precisa.

Aos professores da Faculdade de Comunicação, que tanto me ensinaram e motivaram, especialmente à Mariana Martins e ao Sérgio de Sá.

Agradeço às professoras Cláudia Busato, Tania Montoro e Susana Dobal pelo privilégio de ter pessoas tão inspiradoras em minha banca examinadora.

Agradeço à companhia dengosa de Lineu, Mafalda e Croissant.

"Oh senhor cidadão,  
eu quero saber,  
com quantos quilos de medo,  
se faz uma tradição?"  
(Tom Zé)

## RESUMO

Este trabalho analisou a presença do tema *aborto* nas quatro revistas brasileiras de maior circulação – *Carta Capital*, *Época*, *IstoÉ* e *Veja* – entre junho de 2009 e novembro de 2011, abrangendo o ano anterior à campanha para eleições presidenciais de 2010, o período eleitoral e o ano posterior ao pleito. Foi realizada análise das 130 matérias encontrados e análise qualitativa, de natureza compreensiva, de 11 textos selecionados. O referencial teórico para interpretação teve como base perspectivas de gênero, teorias feministas, teoria da dominação masculina, estudos da moral religiosa, estudos culturais e de mídia. Percebeu-se um aumento da presença do aborto nas revistas no mês de outubro de 2010, mesma época em que o tema entrou com mais força na campanha eleitoral. As perspectivas da saúde pública, do direito à vida, da autonomia sobre o corpo e do Estado laico foram as que mais apareceram.

**Palavras-chave:** Comunicação, Jornalismo, Aborto, Mulher, Feto, Eleições, Revistas, Feminismo, Religião

## ABSTRACT

The present work addresses the presence of the *abortion* issue in the four Brazilian magazines of major distribution - *Carta Capital*, *Época*, *IstoÉ*, and *Veja* – from June 2009 to November 2011, apprehending the year before the presidential campaign of 2010, the electoral period, and the year after the presidential race. The study covered all 130 articles found in the period, and qualitatively and comprehensively analyzed 11 selected articles. The theoretical framework for interpretation was based on gender perspectives, feminist theories, masculine dominance theories, religious moral studies, cultural and media studies. The analysis enlightens the increased presence of the *abortion* issue in all magazines during the electoral period, particularly, in October 2010, when the influence of the subject in the presidential campaign reached its peak. The public health, right to life, body autonomy, and secular state perspectives were most often encountered.

**Key words:** Communication, Journalism, Abortion, Woman, Fetus, Elections, Magazines, Feminism, Religion.

## SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	12
2.CONTEXTUALIZAÇÃO.....	15
2.1 Legislação e Sociedade.....	17
2.2 O Aborto na Mídia.....	24
3. REFERÊNCIAL TEÓRICO.....	27
3.1 Histórico do tema.....	27
3.2 Debate entre diferentes setores no Brasil contemporâneo.....	30
3.3 Teoria Feminista – o direito à escolha.....	32
3.3.1 “Meu corpo me pertence” – Autonomia sobre o corpo.....	32
3.3.2 Saúde pública.....	36
3.4 Defesa da vida – discurso moral-religioso.....	37
3.5 Viés político-eleitoral.....	39
4. ANÁLISE.....	42
4.1 Veja.....	48
4.1.1A pílula de depois de amanhã.....	49
4.1.2 Antes depois.....	51
4.1.3 A ciência das escolhas difíceis.....	54
4.2 IstoÉ.....	55
4.2.1 Elas decidem como e quando querem ser mães.....	56
4.2.2 Votos da fé.....	57
4.2.3 Deus e o sexo.....	58
4.3 Carta Capital.....	59

<b>4.3.1 Na Idade Média.....</b>	<b>59</b>
<b>4.3.2 Quer ganhar uma eleição?.....</b>	<b>62</b>
<b>4.4 Época.....</b>	<b>63</b>
<b>4.4.1 Uma em cada sete já abortou.....</b>	<b>63</b>
<b>4.4.2 A fé, a política e o segundo turno.....</b>	<b>66</b>
<b>4.4.3 10 razões para se indignar.....</b>	<b>67</b>
<b>5. CONCLUSÃO.....</b>	<b>68</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....</b>	<b>74</b>

## 1. INTRODUÇÃO

Esta pesquisa tem como tema central o aborto na mídia brasileira. A questão colocada como fio condutor do trabalho foi como o tema apareceu na imprensa e se houve diferenciação na sua presença e abordagem no período das eleições presidenciais de 2010, quando foi centro da disputa eleitoral e ganhou relevância inédita, em relação ao ano anterior e posterior à campanha. Para isso, foram pesquisadas as quatro revistas semanais de maior circulação no país: *Veja*, *Época*, *IstoÉ* e *Carta Capital*. Para poder observar a cobertura da mídia entre o período pré-eleitoral, de campanha e posterior às eleições, foram analisadas todas as edições dessas revistas entre junho de 2009 e novembro de 2011.

Para análise dos discursos presentes no material produzido pelas revistas, foi construído um referencial teórico que contextualizasse a questão do aborto no Brasil e refletisse o debate travado na sociedade brasileira com relação ao tema. É notória a dificuldade encontrada para se pesquisar sobre a prática do aborto voluntário no país. Por ser criminalizado, pesquisadores enfrentam diversos obstáculos para chegar a números concretos que representem a magnitude da prática, perfil das mulheres e situação na qual é realizado. A pesquisa recente de maior abrangência e relevância é a Pesquisa Nacional do Aborto (PNA), realizada em 2010 pela Universidade de Brasília e pelo Instituto de Bioética Direitos Humanos e Gênero (Anis). Segundo o levantamento, pelo menos uma em cada cinco mulheres com até quarenta anos já interrompeu uma gestação de forma voluntária, dando a dimensão da prática no país.

O debate sobre a questão do aborto na sociedade brasileira se divide, de forma geral, em duas vertentes, a feminista e a religiosa. O trabalho identificou algumas linhas de argumentação como sendo as mais presentes nos discursos de cada vertente. Entre as feministas, a questão central é o direito da mulher à escolha de levar a diante ou não uma gestação, a autonomia dela sobre o próprio corpo. Dentro dessa argumentação, questões como o controle social através da dominação masculina e a relação da mulher com o corpo, envolvendo as dualidades natureza/cultura, privado/público e doméstico/político. Outro argumento importante é o que compreende o aborto não como dilema ético-moral, mas como problema



concreto de saúde pública, já que os abortamentos clandestinos colocam em risco a vida mulher. Na vertente moral-religiosa, as questões mais presentes são a defesa da vida do feto, compreendendo que esta deve ser protegida desde o momento da concepção. Nesse contexto, outra questão colocada é a criminalização da prática, equiparada ao homicídio.

Para levantamento do material a ser analisado, foi realizada pesquisa em todas as edições de *Carta Capital*, *Época*, *IstoÉ* e *Veja* entre a junho de 2009 e novembro de 2011. O acesso às revista se deu através do acervo online mantido pelas publicações nos sites de cada uma delas. Todas as matérias que mencionassem aborto foram avaliadas e as que tratavam de aborto espontâneo foram excluídas. Chegou-se ao número de 130 matérias, entre notas, aspas, editorias, colunas de opinião, reportagens e entrevistas. O material foi dividido com relação ao período em que foi publicado (antes, durante ou depois da campanha eleitoral) e avaliado quanto à importância dada ao tema do aborto em cada texto, os discursos presentes, as fontes ouvidas e contexto em que surgiu.

Com objetivo de realizar análise qualitativa, com abordagem compreensiva, foi selecionada amostra de uma matéria por revista em cada um dos período estudados. Para isso, foram construídos dispositivos de análise com base no referencial teórico apresentado. Os critérios para análise do discurso foram os seguintes: risco à vida; métodos abortivos; reprovação social em sociedades tradicionais; silêncio social em torno do aborto; duas vertentes do debate sobre o aborto no Brasil; o papel do Estado (laico); da vertente Feminista: autonomia; estratégia de controle social - a dominação masculina; individualidade, privacidade, inviolabilidade, identidade; saúde pública; da vertente do discurso moral-religioso: direito (do feto) à vida; criminalização.

Com base nestas análises, foi possível concluir que, apesar das especificidades de cada revista, todas apresentaram aumento do número de matérias relacionadas ao tema do aborto no período eleitoral. Nos quatro meses de campanha foi publicada praticamente a metade de todo o material identificado nos vinte e oito meses abrangidos pela pesquisa. Pôde-se notar também que os discursos e a abordagem presentes nas matérias foram diferentes no período eleitoral, quando houve predominância do viés político-eleitoral e do discurso

religioso. No período posterior às eleições presidenciais, as revistas retomaram a abordagem e o espaço dedicado ao tema que praticavam antes das eleições (com exceção de *Carta Capital*, que não tratou do tema antes das eleições). Dessa forma, é possível dizer que apesar de a campanha eleitoral ter agendado as revistas com relação ao aborto, passadas as eleições, não houve mudança na forma como o tema apareceu nessas revistas. A exceção foi *Carta Capital*, que colocou o aborto em pauta a partir das eleições e continuou falando sobre o assunto no ano posterior, apresentando inclusive aumento no número de matérias publicadas no último período. A revista se manteve constante na abordagem dada ao tema, trazendo mesma diversidade de discursos e problematizações nos dois períodos.

O presente trabalho está dividido em cinco capítulos, incluído esta introdução. O capítulo dois trata da contextualização do aborto no Brasil, trazendo números sobre a prática, perfil das mulheres que realizam aborto espontâneo, histórico da legislação brasileira e um panorama de como o tema costuma ser tratado na mídia nacional. No capítulo três se encontra o referencial teórico, dividido entre as vertentes feminista e moral-religiosa. No quarto capítulo foi feita a análise do material pesquisado. No capítulo cinco estão as conclusões, embasadas no referencial teórico e material pesquisado.

## 2. CONTEXTUALIZAÇÃO

O aborto é uma prática existente em diversas culturas em diferentes épocas, desde a antiguidade até os dias de hoje, do mundo oriental à América Latina. Segundo Rebouças e Dutra (2011), “o aborto é a expulsão do útero, de forma espontânea ou provocada, do embrião ou feto antes do momento em que ele se torna viável”. O feto é considerado inviável, não podendo sobreviver fora do corpo da mãe, antes de 20 semanas completas de gestação. O aborto é entendido como espontâneo quando é interrompido natural ou acidentalmente. É classificado como provocado “quando causado por uma ação humana deliberada”. Universal não é a prática do aborto, que aparece de formas e com incidência diferentes conforme a sociedade e a época, mas o *reconhecimento* de que esta prática é possível (BOLTANSKI, 2012).

Na atualidade, números sobre aborto e pesquisas sobre o tema esbarram em diversos obstáculos. Por ser uma prática criminalizada, os dados são imprecisos e falar sobre a questão, um tabu. No Brasil, não existem garantias legais que assegurem o sigilo para dados coletados em pesquisas acadêmicas. Por isso, a maior parte das evidências empíricas são obtidas por pesquisadores da área da saúde, médicos e médicas, enfermeiros e enfermeiras, que podem se valer do sigilo profissional<sup>1</sup>. Por ser crime, a prática é subnotificada e os números costumam ser apenas estimativas.

A prática do aborto é tão comum no Brasil que, atualmente, mais de uma em cada cinco mulheres já interrompeu a gestação de forma voluntária ao completar 40 anos<sup>2</sup>. Segundo o estudo *Aborto: 20 anos de pesquisa no Brasil*<sup>3</sup>, que buscou avaliar a magnitude da prática no país, todo ano são realizados cerca de um milhão

---

<sup>1</sup> Pesquisa *Aborto: 20 anos de pesquisas no Brasil*, que apresenta as características do campo de pesquisa

sobre o tema no país entre 1987 e 2007. Realizada por Débora Diniz, Marilena Corrêa, Flávia Squinca e Kátia Soares Braga em parceria entre a Universidade de Brasília (UnB) e a Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Foi publicada pelo Ministério da Saúde em 2009.

<sup>2</sup> Pesquisa Nacional do Aborto (PNA), feita com técnica de urna e levantamento por amostragem aleatória de domicílios com mulheres entre 18 e 39 anos em todo o Brasil urbano. Realizada por Débora Diniz e Marcelo Medeiros pelo Instituto de Bioética Direitos Humanos e Gênero (Anis) e pela Universidade de Brasília (UnB) em 2010.

<sup>3</sup> Pesquisa *Aborto: 20 anos de pesquisas no Brasil*, 2009.

de abortos induzidos. A maioria das mulheres que abortam são jovens, de baixa renda, católicas e já têm filhos.

O mapeamento das pesquisas sobre aborto realizadas no Brasil nos últimos vinte anos chegou a um perfil das mulheres que induzem o aborto. Elas têm, predominantemente

entre 20 e 29 anos, em união estável, com até oito anos de estudo, trabalhadoras, católicas, com pelo menos um filho e usuárias de métodos contraceptivos, as quais abortam com misoprostol.<sup>4</sup>

A Pesquisa Nacional do Aborto (PNA) chegou a conclusão semelhante e inferiu também que a religião não é um fator de distinção entre mulheres que praticam aborto: a maior parte delas é católica, seguidas de evangélicas e protestante e, por último, mulheres de outras religiões ou sem religião. A proporção reflete a composição religiosa do país.

As duas pesquisas também mostram que a maioria das mulheres que praticam aborto inseguro já tem filhos e utiliza métodos anticoncepcionais como forma de prevenir gestações indesejadas. Os dados demonstram que o aborto é utilizado como recurso de planejamento familiar quando outros métodos falham ou são utilizados de forma inadequada. O aborto inseguro ainda é uma das principais causas de mortalidade materna no país, sendo entendido com um problema de saúde pública. Dados do Ministério da Saúde apontam que cerca de 12,5% do total de óbitos maternos estão relacionados a complicações de aborto, geralmente ocupando o terceiro lugar entre as causas de mortalidade materna. Existe variação entre os estados.<sup>5</sup>

Segundo a PNA, cerca de metade das mulheres que realizou aborto no Brasil buscou assistência médica e foi internada devido a complicações relacionadas à prática. A pesquisa indica que 48% das mulheres utilizam algum tipo de medicamento como método abortivo. Os autores observam que abortos induzidos

---

<sup>4</sup> Pesquisa Aborto: 20 anos de pesquisas no Brasil, 2009.

<sup>5</sup> *Parto, aborto e puerpério: assistência humanizada à mulher*. Documento publicado pela Área Técnica de Saúde da Mulher do Ministério da Saúde em 2001.

realizados com medicamentos (especialmente o misoprasol, popularizado no Brasil na década de 1990) costumam ser menos inseguros do que aqueles feitos por outros meios.

## 1.1 Legislação e Sociedade

A legislação brasileira sobre aborto pouco mudou nos últimos dois séculos. Até 1830, não havia qualquer punição legal para a prática consentida do aborto no país. Naquele ano, o Código Criminal do Império<sup>6</sup> introduziu pela primeira vez a condenação para a prática do aborto na legislação brasileira, na seção “infanticídio”. Desde então, o tema foi objeto de diversas leis, que ora expandiam ora diminuía o direito ao aborto legal, como, por exemplo, em situações de estupro, “desonra” ou risco à vida da mulher.

Com a instauração da República, o Código Penal de 1890<sup>7</sup> continuou punindo mulheres que praticassem o aborto, mas estabeleceu atenuante para casos de

---

<sup>6</sup> Código Criminal do Império do Brasil Lei de 16/12/1830 arts. 199 e 200: **Art. 199.** Occasionar aborto por qualquer meio empregado interior, ou exteriormente com consentimento da mulher pejada.

Penas - de prisão com trabalho por um a cinco annos.  
Se este crime for commettido sem consentimento da mulher pejada.  
Penas - dobradas.

**Art. 200.** Fornecer com conhecimento de causa drogas, ou quaesquer meios para produzir o aborto, ainda que este se não verifique.  
Penas - de prisão com trabalho por dous a seis annos.  
Se este crime for commettido por medico, boticario, cirurgião, ou praticante de taes artes.  
Penas - dobradas.

<sup>7</sup> Código Penal Decreto nº 847 de 11/10/1890 arts. 300 a 302:

CAPITULO IV

DO ABORTO

**Art. 300.** Provocar abôrto, haja ou não a expulsão do fructo da concepção:

No primeiro caso: – pena de prisão cellual por dous a seis annos.

No segundo caso: – pena de prisão cellual por seis mezes a um anno.

§ 1º Si em consequencia do abôrto, ou dos meios empregados para provocal-o, seguir-se a morte da mulher:

Pena – de prisão cellual de seis a vinte e quatro annos.

§ 2º Si o abôrto for provocado por medico, ou parteira legalmente habilitada para o exercicio da medicina:

Pena – a mesma precedentemente estabelecida, e a de privação do exercicio da profissão por tempo igual ao da condemnação.

**Art. 301.** Provocar abôrto com annuencia e accordo da gestante:

estupro, quando a prática tinha como objetivo “ocultar a desonra própria”. Fez também a primeira referência à noção de “aborto legal”, permitido quando fosse único meio de salvar a vida da gestante.

Nova legislação sobre o tema veio com o Código Penal de 1940<sup>8</sup>, vigente até hoje, que manteve a criminalização do aborto e estabeleceu penas que podem chegar a dez anos de prisão para aborto realizado sem o consentimento da gestante e até três anos para aborto realizado pela gestante ou com seu consentimento. O aborto legal só foi permitido em casos de estupro ou quando praticado por médico como única forma de salvar a vida da gestante. Desde então, quase nada se alterou.

Nos anos 70, em um período de vigorosa expressão social, o movimento feminista protagonizou a contestação pública das restrições legais ao aborto, trazendo o tema para o debate público. A questão do aborto, antes associada à moral religiosa cristã, passou a ser debatida também por este novo paradigma, que

---

Pena – de prisão celular por um a cinco annos.

Paragrapho unico. Em igual pena incorrerá a gestante que conseguir abortar voluntariamente, empregado para esse fim os meios; e com redução da terça parte, si o crime for commettido para occultar a deshonra propria.

**Art. 302.** Si o medico, ou parteira, praticando o abôrto legal, ou aborto necessario, para salvar a gestante de morte inevitavel, occasionar-lhe a morte por impericia ou negligencia:

Pena – de prisão celular por dousmezes a dousannos, e privação do exercicio da profisão por igual tempo ao da condemnação.

<sup>8</sup>Código Penal Decreto Lei nº 2.848 de 07/02/1940 arts. 124 a 128:

Aborto provocado pela gestante ou com seu consentimento

**Art. 124** - Provocar aborto em si mesma ou consentir que outrem lho provoque

Pena - detenção, de um a três annos.

Aborto provocado por terceiro

**Art. 125** - Provocar aborto, sem o consentimento da gestante:

Pena - reclusão, de três a dez annos.

**Art. 126** - Provocar aborto com o consentimento da gestante:

Pena - reclusão, de um a quatro annos.

Parágrafo único. Aplica-se a pena do artigo anterior, se a gestante não é maior de quatorze annos, ou é alienada ou debil mental, ou se o consentimento é obtido mediante fraude, grave ameaça ou violência

Forma qualificada

**Art. 127** - As penas cominadas nos dois artigos anteriores são aumentadas de um terço, se, em consequência do aborto ou dos meios empregados para provocá-lo, a gestante sofre lesão corporal de natureza grave; e são duplicadas, se, por qualquer dessas causas, lhe sobrevém a morte.

**Art. 128** - Não se pune o aborto praticado por médico:

Aborto necessário

I - se não há outro meio de salvar a vida da gestante;

Aborto no caso de gravidez resultante de estupro

II - se a gravidez resulta de estupro e o aborto é precedido de consentimento da gestante ou, quando incapaz, de seu representante legal.

percebia a prática como um direito da mulher a ter autonomia sobre o próprio corpo e uma questão de saúde pública, já que o abortamento inseguro era e ainda é causa importante de óbito materno. Foi um período de luta pela descriminalização do aborto e por acesso a métodos anticoncepcionais como formas de controle sobre a fecundidade e instrumento de planejamento familiar.

Apesar da legislação permanecer inalterada, desde meados da década de 1980, com o processo de redemocratização pelo qual o Brasil passava, o aborto ganhou visibilidade no debate político, entre os temas de garantia de direitos. O movimento feminista se organizou politicamente durante a Assembleia Constituinte, momento de mobilização da sociedade civil. Ao mesmo tempo, a igreja católica e algumas denominações evangélicas também se mobilizaram para debater a questão na esfera política. Na Assembleia Constituinte, defenderam o princípio do direito à vida desde a concepção, adotado por países católicos nas décadas 1980-1990 (FREITAS, 2011). O princípio, rejeitado na constituição de 1988, ainda hoje é discutido, e norteia o projeto de lei em tramitação no Congresso Nacional conhecido como Estatuto do Nascituro, aprovado no mês de junho de 2013 pela Comissão de Finanças e Tributação da Câmara dos Deputados<sup>9</sup>.

O discurso dos movimentos feministas e a caracterização do aborto como questão de saúde pública norteiam a definição de direitos reprodutivos adotada hoje pelos organismos multilaterais. O Fundo de População das Nações Unidas (Unfpa)<sup>10</sup>, “busca a interação de direitos sociais, como os direitos à saúde, à educação e ao trabalho, com os direitos individuais à vida, à igualdade, à liberdade e à inviolabilidade da intimidade”. O órgão entende que direitos reprodutivos são direitos humanos básicos, estabelecidos pela Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948) e em diversas leis internacionais, nacionais e documentos consensuais sobre o tema.

Em 1994 o Brasil participou, no Cairo, da Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento. No ano seguinte fez parte da IV Conferência Mundial da Mulher, em Pequim. Os encontros são considerados marcos para o

---

<sup>9</sup> Projeto de Lei nº478, de 2007 (Apenso PLs 489/07, 1.763/07 e 8748/0). PL de autoria dos deputados Luiz Bassuma e Miguel Martini, PL substitutivo de autoria da deputada Solange Almeida.

<sup>10</sup> *Direitos reprodutivos no Brasil*, documento publicado pelo Fundo de População das Nações Unidas (Unfpa) em 2004.

reconhecimento da sexualidade e reprodução humanas como bens jurídicos que devem ser promovidos e protegidos de forma específica. Os documentos resultantes das conferências legitimaram a concepção atual de direitos sexuais e reprodutivos. O documento de Pequim “recomenda aos países a revisão de leis que punem as mulheres que praticam abortos ilegais, considerando o grave problema de saúde pública representado pelos abortamentos clandestinos”<sup>11</sup>.

Nos anos 1990, parlamentares brasileiros apresentaram 23 proposições sobre aborto, ampliando ou restringindo a possibilidade de realizá-lo, facilitando ou barrando acesso aos serviços de saúde nas situações previstas por lei. Na década seguinte, segundo análise do Centro Feminista de Estudos e Assessoria (Cefemea), 24% dos projetos de lei apresentados na legislatura 2007-2011 até maio de 2009 tratavam de direitos sexuais e reprodutivos. Delas, 25% restringem direitos.<sup>12</sup> Segundo Rocha:

Nesse contexto, aumentou a participação de atores políticos e sociais em busca de mudanças liberalizantes na legislação, em grande parte inspirados em uma perspectiva feminista, bem como se ampliou a reação contrária, de conservação ou, mesmo, de retrocesso em relação à lei, quase sempre fundamentada em valores de natureza religiosa. (2006, p. 373)

Segundo Luis Felipe Miguel, propostas de ampliação da possibilidade de realizar aborto legalmente tramitam com dificuldade, ao lado de outras que buscam restringir ainda mais o cenário de permissivos legais. Na avaliação do autor, nenhum dos lados tem projeto com chance de se tornar lei em curto prazo. Segundo ele, a questão do aborto não se vê representada em nenhum partido, nem para defender a criminalização, nem pela legalização. Esquerda e direita não são o espectro que define esta bandeira. “Nas plataformas eleitorais, é um tema que costuma brilhar por sua ausência, provavelmente porque o cálculo dos candidatos indica que seu

---

<sup>11</sup> *Direitos reprodutivos no Brasil*, (Unfpa), 2004.

<sup>12</sup> *Aborto: guia para profissionais de comunicação*, cartilha publicada pelo Centro Feminista de estudos e Assessoria (Cefemea) em 2011.



potencial de desagregação é maior do que os apoios que pode amealhar”. (MIGUEL, 2012, p. 662)

Miguel aponta que, entre os 513 deputados federais, nenhum tem a legalização do aborto como ponto central de atuação parlamentar. Por outro lado, o grupo que defende restrição das possibilidades de aborto é grande. A Frente Parlamentar em Defesa da Vida – Contra o Aborto reúne 200 parlamentares, um terço do Congresso Nacional. Nenhuma das 62 frentes parlamentares registradas na Câmara dos Deputados atualmente defende o direito das mulheres à prática do aborto. O autor observa que:

“A Frente Parlamentar contra o Aborto usa como ameaça a divulgação dos nomes daqueles favoráveis à ampliação dos casos de aborto legal. ‘Se um deputado não votar contra o aborto por convicção, então que vote por medo [de figurar nas listas]’, como disse o deputado Salvador Zimbaldi, do PSB paulista.<sup>14</sup> Trata-se, portanto, de um debate que não ocorre, já que um dos lados aceita se colocar na posição de intimidado”. (MIGUEL, 2012, p. 665)

No âmbito do poder executivo, o Ministério da Saúde tem lançado políticas que tratam o aborto como questão de saúde pública. Com base no permissivo legal para aborto em caso de estupro, o ministério lançou em 1998 uma norma técnica<sup>13</sup> que estabeleceu protocolo de atendimento a vítimas de violência sexual. Ela revisa aspectos legais e éticos da prática médica e trouxe como principal novidade a dispensa do registro de Boletim de Ocorrência (BO) para interrupção legal da gravidez em caso de mulheres vítimas de estupro.

Em 2005, o Ministério da Saúde lançou a *Norma Técnica de Atenção Humanizada ao Abortamento*<sup>14</sup>, que revisou as normas gerais de acolhimento, orientação e atenção clínica. A Norma proibiu a denúncia da paciente, por suposta prática criminosa, por parte da equipe médica, já que os abortamentos inseguros são situações de emergência e que envolvem risco de vida. Ela teve como

---

<sup>13</sup> *Prevenção e tratamento dos agravos resultantes da violência sexual contra mulheres e adolescentes : norma técnica*, publicada pelo Ministério da Saúde em 1998.

<sup>14</sup> *Atenção humanizada ao abortamento: norma técnica*, publicada pelo Ministério da Saúde em 2005.

referência o Pacto Nacional pela Redução da Mortalidade Materna e Neonatal<sup>15</sup>. Segundo o Ministério da Saúde, o aborto inseguro é uma das principais causas de mortalidade materna no Brasil. A curetagem pós-abortamento é o terceiro procedimento obstétrico mais realizado nas unidades de internação da rede pública.

A Norma estabeleceu que mulheres em abortamento devem receber abordagem ética e norteada pelos princípios de igualdade, liberdade e dignidade da pessoa humana, presentes na Constituição Federal. São proibidas discriminação e restrição ao acesso à assistência à saúde. São direitos presentes no marco ético e jurídico dos direitos sexuais e reprodutivos afirmados em tratados nacionais e internacionais (dos quais o Brasil é signatário).

Ficou estabelecido pela Norma que:

“diante de abortamento espontâneo ou provocado, o(a) médico(a) ou qualquer profissional de saúde não pode comunicar o fato à autoridade policial, judicial, nem ao ministério Público, pois o sigilo na prática profissional da assistência à saúde é um dever legal e ético, salvo para proteção da usuária e com o seu consentimento. o não cumprimento da norma legal pode ensejar procedimento criminal, civil e ético-profissional contra quem revelou a informação, respondendo por todos os danos causados à mulher.”<sup>16</sup>

O Ministério da Saúde estabeleceu nesta Norma que “a atenção humanizada às mulheres em abortamento é direito de toda mulher e dever de todo(a) profissional de saúde”.

A única mudança significativa na legislação é recente, de 2012, quando o Supremo Tribunal Federal passou reconhecer a possibilidade de aborto em caso de fetos anencéfalos, uma má-formação na qual há ausência parcial do encéfalo e da calota craniana e é compreendida como incompatível com a vida. O debate sobre o tema durou duas décadas tendo, de um lado, movimentos feministas, com apoio de parte da comunidade médica, que lutavam pela possibilidade de interrupção terapêutica da gravidez em casos de anencefalia, e, de outro, grupos religiosos

---

<sup>15</sup> Pacto Nacional pela Redução da Mortalidade Materna e Neonatal, lançado pela Presidência da República em 8 de março de 2004.

<sup>16</sup> *Atenção humanizada ao abortamento: norma técnica*. Secretaria de Atenção à Saúde, Área Técnica de Saúde da Mulher. – 2. ed. – Brasília : Ministério da Saúde, 2011, p.19.

católicos e evangélicos defendendo a manutenção da proibição do aborto nestes casos. Antes da decisão final, o poder judiciário já havia concedido liminares permitindo a realização do aborto em casos de anomalia fetal incompatível com a vida, entendendo que tais situações não podiam ser determinadas pela tecnologia médica existente na época da criação da legislação sobre aborto.

Hoje, o debate sobre o aborto no Brasil gira em torno da descriminalização da prática. De um lado, grupos católicos e evangélicos que defendem a criminalização do aborto e até mesmo o recrudescimento da legislação restritiva atual – como é o caso do Estatuto do Nascituro<sup>17</sup>, que resgata o princípio do direito à vida desde a concepção, conferindo ao embrião status de pessoa humana, princípio orientado pelo Vaticano e que havia sido rejeitado na Constituição de 1988.

De outro lado, movimento feminista e grupos relacionados à saúde coletiva mobilizam-se pela descriminalização do aborto e/ou aumento das possibilidades legais para realizá-lo. Exemplo disso é o Terceiro Plano Nacional de Direitos Humanos (PNDH3)<sup>18</sup>, resultado de diversas conferências nacionais temáticas realizadas durante os mandatos do presidente Luís Inácio Lula da Silva, que inscreve o aborto no campo da saúde pública.

Têm ganhado força no poder legislativo propostas de viés anti-abortista, entre elas o projeto de criação de um disque-denúncias<sup>19</sup> para delatar casos de aborto e a proposta conhecida como “bolsa estupro”<sup>20</sup>, que cria incentivos financeiros para que a mulher que deseja praticar o aborto legal em caso de estupro desista da decisão e mantenha gestação.

---

<sup>17</sup> Projeto de Lei nº 478/2007

<sup>18</sup> *Programa nacional de Direitos Humanos (PndH-3)*, publicado pela Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República em 2010

<sup>19</sup> Projeto de Lei nº 849/2003

<sup>20</sup> Projeto de Lei nº 1.763/2007

## 1.2 O Aborto na Mídia

Nas eleições presidenciais de 2010, a questão do aborto teve relevância sem precedentes nas disputas eleitorais do Brasil contemporâneo. Isso não significa que tenha havido um debate *político* do tema, mas sua instrumentalização com objetivos estritamente eleitorais. De fato, as pressões se concentraram no sentido de mobilizar eleitores para candidatos que se posicionassem contrariamente à legalização e estigmatizar os que defendessem a ampliação de direitos. Neste sentido, pode-se afirmar que houve uma interdição do debate, até mesmo pela atitude de candidatos que não ousaram enfrentar o desafio, provavelmente por uma avaliação pragmática da relação custo-benefício. Sem realizar amplo debate sobre o tema, e com objetivo de mobilizar votos para aquele candidato que se posicionasse contrário à legalização, teve papel importante na disputa. A possibilidade de julgamento moral por parte de um grupo do eleitorado fez com que os candidatos não tomassem posições claras sobre o aborto, que apesar disso serviu de munição para instaurar dúvidas sobre a credibilidade e sinceridade de cada um dos candidatos.

Se as campanhas presidenciais não são o único momento para refletir sobre o tema, como ele aparece no debate cotidiano é uma questão a ser esclarecida por este trabalho. A mídia, “como algo que contribui para nossa variável capacidade de compreender o mundo, de produzir e partilhar seus significados” (SILVERSTONE, 2005) também discute a questão do aborto na sociedade brasileira. Seu papel enquanto espaço público de expressão de visões e opiniões diferentes a colocam como “campo privilegiado para estabelecer de forma mais clara o posicionamento e as influências dos argumentos mais comuns no debate sobre o aborto no país” (PINHO, 2009).

No Brasil, o debate é polarizado: de um lado a discussão sobre a questão de saúde pública, fundamentada pelas altas taxas de mortalidade materna relacionada a abortos inseguros, e de outro a discussão religiosa/moral sobre direito do feto à proteção de sua vida pelo Estado. O argumento de defesa do direito ao aborto como

direito das mulheres de autonomia sobre os próprios corpos, ponto central de teorias feministas, não costuma estar em pauta na mídia brasileira (PINHO, 2009).

Os atores selecionados pela imprensa em sua cobertura são, de um lado, grupos religiosos (católicos e evangélicos) que representam a posição “pró-vida”, contrária à legalização do aborto. De outro, grupos feministas, porta-vozes do “pró-escolha”, pelo direto ao acesso ao aborto (RIBEIRO, 2012). Juízes, advogados e profissionais da saúde também aparecem como fontes no discurso do direito ao aborto (MELO, 1997).

Em levantamento feito por Melo entre 1996 e 1997, a autora apontou que grupos feministas defenderam o direito ao aborto usando estrategicamente o argumento da saúde pública, sem entrar na questão da autonomia dos corpos. “Optar por direcionar as falas públicas feministas essencialmente ao campo do aborto legal significava atuar com o respaldo da opinião pública, expressa nas pesquisas realizadas por diferentes institutos” (MELO, 1997).

Segundo a autora, a cobertura do aborto pela imprensa brasileira em meados da década de 1990 foi contínua e diversificada, embora centrada no debate que ocorria no Congresso Nacional. Mesmo matérias noticiosas tentaram ampliar o debate e a cobertura buscou variar fontes e argumentos à medida que a discussão pública do tema se desenvolvia. O enfoque geral foi o cumprimento e a regulamentação do aborto legal. O assunto virou pauta de importantes repórteres da cobertura política e de articulistas “de primeira linha”. (MELO, 1997) Análise feita pela autora mostra que a cobertura midiática teve tendência majoritariamente favorável ao direito ao aborto. Tal posicionamento ocupou em média 45% do espaço dedicado ao tema pelos principais jornais do país.

Já em análise realizada por Fontes (2010) sobre enquadramento do aborto pela imprensa durante as eleições presidenciais de 2010, a autora aponta que, dos 434 textos utilizados no estudo, uma média de 4 por dia durante a campanha eleitoral, apenas um abordou a questão da perspectiva da saúde pública, com dados epidemiológicos que relacionassem aborto e saúde da mulher. “Nos demais textos, o agendamento do tema foi pautado mediante enquadramentos eleitorais associando-

o à disputa dos candidatos pelos votos das comunidades religiosas e do eleitorado conservador” (FONTES, 2010).

A abordagem noticiosa e constante da mídia não abrangeu a perspectiva do aborto no cenário da saúde pública no Brasil. O tema era questão secundária na cobertura da imprensa, pautada “pelas motivações políticas e eleitorais de caráter moral e religioso das candidaturas”. A autora conclui que foi construído na imprensa “um discurso caracterizado pelo estigma moral e pela construção do terror e do medo religioso” (FONTES, 2010).

Omitidos da discussão os aspectos sanitários do aborto, o tema foi sendo conduzido no contexto interno das campanhas a partir do silêncio dos candidatos sobre esses vieses e dos destaques adquiridos pelos aspectos polêmicos em torno da perspectiva moral e religiosa. (FONTES, 2010, p. 1811)

### 3. REFERENCIAL TEÓRICO

#### 3.1 Histórico do tema

Ao longo da história, o aborto foi utilizado como método de contracepção, relacionado a “questões morais, éticas, legais e religiosas que perduram até hoje” (REBOUÇAS E DUTRA, 2011). Há registros da existência do aborto provocado desde a Antiguidade. Os povos antigos tinham leis que proibiam a prática, levando em conta interesses sociais, políticos e econômicos. Na Grécia Antiga, por exemplo, era utilizado para controlar o crescimento populacional. Apesar de permitido e defendido por pensadores como Platão e Aristóteles, a Grécia, assim como Roma, considerava o aborto crime caso ferisse o direito de propriedade patriarcal. As autoras observam que, desta forma a prática era criminalizada devido ao interesse político, não por uma preocupação com a defesa da vida do feto.

Rebouças e Dutra (2011) colocam o século XVII, especialmente o período pós-Revolução Francesa, como marco divisório na história do aborto. Foi quando o feto passou a ser protegido legalmente, tido como futuro trabalhador e soldado. Antes disso, “era considerado somente um apêndice do corpo da mãe e o aborto era uma questão unicamente da mulher”, posição próxima a que hoje é defendida pelo movimento feminista. Nem mesmo o cristianismo condenava o aborto com base no argumento de defesa da vida, que só foi amplamente utilizado a partir do século XIX. O aborto era tido pela igreja católica como pecado sexual, assim como uso de métodos anticoncepcionais, por afastar o sexo de seu propósito de procriação.

Com avanços da medicina no final do século XIX e início do XX, foi desenvolvida a embriologia e a prática do aborto começou ser considerada um risco à saúde da mulher. Depois da Primeira Guerra Mundial, países da Europa, principalmente França, passaram a proibir o aborto como estratégia para enfrentar a redução populacional. A proibição se manteve no continente até a década de 1960 (com exceção dos países escandinavos e comunistas, onde a prática já era legal). Com a ascensão do movimento feminista e a ampliação da liberdade sexual o tema ganhou amplo espaço no debate social.

No Brasil, o aborto era realizado por populações indígenas antes mesmo da colonização. A prática também estava presente na sociedade portuguesa e no Brasil colônia era usada para evitar o nascimento de filhos nas relações extraconjugais. A regulação do aborto estava mais relacionada à normatização da sexualidade do que uma preocupação com a vida do feto em gestação. Condenado pela igreja e pelas elites dominantes, mas amplamente realizado, a primeira legislação que proibiu a prática é de 1830.

O primeiro a estudar o aborto de forma sistemática foi o antropólogo e psicanalista George Devereux, que publicou em 1955 *A study of abortion in primitive society*, um estudo sobre quatrocentas sociedades pré-industriais. O estudo de Devereux aponta que nenhum informante questionado sobre o tema ignorava a prática ou demonstrava espanto. “A possibilidade de tirar os fetos do ventre antes de seu nascimento com a intenção de destruí-los parece, portanto, fazer parte dos quadros fundamentais da existência humana em sociedade” (BOLTANSKI, 2012). Segundo Boltanski, na maioria das sociedades, os métodos abortivos são de “saber comum”, e algumas pessoas (que muitas vezes também assumem papel de parteiras) são consideradas mais conhecedoras e hábeis. O autor fala que muitos destes meios são difíceis de aplicar e são tidos como mais ou menos perigosos: “Eles causam medo, mas isso não impede que se recorra a eles quando a necessidade de abortar parece se impor”.

Tanto nas sociedades estudadas pela etnologia quanto em sociedades antigas como a greco-romana, ocidentais medievais e moderna, China e Japão, os métodos utilizados para realizar o aborto são diversos: drogas abortivas (principalmente de origem vegetal), meios mecânicos internos (introdução de objetos na vagina) ou externos (golpes, cintos para apertar o ventre, pulos) ou combinação de métodos, além das prática relacionada à magia (uso de amuleto, sentar sob uma certa árvore). O uso de um determinado método está relacionado às teorias locais sobre reprodução e gestação (BOLTANSKI, 2012). Boltanski destaca como propriedade quase geral do aborto ser objeto de *reprovação*. Mesmo em sociedades em que a prática é frequente, é muito raro que seja aceita *a priori*. O nível de desaprovação pode variar de acordo com a sociedade e as circunstâncias em que é realizada. Ele relata, sobre as evidências de Devereaux, que comumente a prática é



atribuída a povos vizinhos, mas não ao coletivo ao qual se pertence e nem a pessoas próximas (parentes). Outra propriedade apontada por Boltanski é uma acentuada defasagem entre a regra (norma expressa ou lei) reprobatória do aborto as condições de sua aplicação. “É muito raro que se façam grandes esforços para identificar as pessoas responsáveis pelo aborto, persegui-las e puni-las.” Mas isso não significa que pessoas que abortam ou auxiliam a prática não sofram sanções. É o par “indignação-tolerância”.

Outra característica do aborto em diversas sociedades e épocas é o segredo. A prática costuma ser realizada “ao abrigo dos olhares”, seguindo a oposição desenvolvida por Pierre Bourdieu entre o *oficial* – que tem caráter público, coletivo, solene – e o *oficioso* – relacionado à existência vergonhosa e até clandestina. É uma distinção entre a dominação masculina e o mundo privado e oficioso das mulheres.

Quando se diz que o aborto, mesmo sendo oficialmente condenado, é oficiosamente tolerado, também se faz referência a um processo desse tipo. Ele é tolerado não somente porque ocorre dentro de um contexto, o universo do feminino, impenetrável a partir do espaço público, não somente porque os esforços necessários para saber o que está acontecendo não são feitos, mas também porque, mesmo sabendo disso muito bem, de certo modo, pode-se agir como se o que se sabe não fosse pertinente ou se pode, por assim dizer, fechar os olhos e agir como se não se soubesse. (BOLTANSKI, 2012, p. 20)

Ainda com base nos estudos de Devereux, Boltanski propõe ao aborto mais uma propriedade: a hipótese de que a prática foi sub-representada. Devereux diz que o aborto “em lugar algum ocupa posição central na cultura” e Boltanski coloca que, havendo “um nível de certo modo ‘normal’ de representação” de diferentes tipos de práticas, haveria um “déficit de representação” do aborto, uma “reticência coletiva para transcrever o aborto e o feto abortado em um registro simbólico”. A não ser em obras médicas, o aborto foi esquecido pela filosofia clássica. “Sua possibilidade não teve nenhum efeito, ao que parece, sobre as concepções que a filosofia ocidental desenvolveu acerca da condição humana, diferentemente, por exemplo, do suicídio

(igualmente um objeto de predileção da sociologia desde a constituição dessa disciplina)” (BOLTANSKI, 2012).

Ele diz que talvez seja uma prática de difícil representação, mas também está ausente (até um período recente) dos relatos, ou aparece de forma velada. Não são muitas as referências diretas ao aborto em mitos, contos ou obras literárias (anteriores aos romances naturalistas). Nos últimos trinta anos, surgiram referências diretas na literatura e no cinema. Mas Boltanski ressalta que a narrativa, na maioria das vezes, está acompanhada de “justificativas políticas ou morais que a inserem em uma crítica à ordem existente. Raramente as narrativas são dadas tais quais, sem necessitar de justificativa”. Esta característica torna ainda mais relevante o presente estudo, que analisa como o tema é representado na mídia brasileira.

### **3.2 Debate entre diferentes setores no Brasil contemporâneo**

O debate sobre a questão do aborto no Brasil contemporâneo se divide em duas frentes: o movimento feminista, que defende o *direito* das mulheres à interrupção voluntária da gravidez, e a igreja católica (acompanhada de algumas denominações evangélicas), que trata o aborto como questão *moral* e crime contra a vida. (ALDANA, 2008)

Há uma eficiente articulação da hierarquia católica junto às instituições republicanas. Os “pró-vida”, como esta articulação costuma se apresentar (RIBEIRO, 2012), defendem a o direito à vida desde a concepção, causa tradicional da igreja católica, extremamente reforçada nos dois últimos papados, de João Paulo II e Bento XVI. É também o ponto de contato entre a hierarquia católica e as denominações evangélicas, que já são professadas por cerca de um quarto da população brasileira. Pastores e bispos têm potencializado fortemente esta articulação.

O movimento “pró-escolha”, como se designam os defensores da descriminalização do aborto (RIBEIRO, 2012), percebe a interrupção voluntária da gravidez como direito da mulher de autodeterminação do próprio corpo e questão de

saúde pública, tendo sido o aborto como quarta causa de morte materna no país<sup>21</sup> e cerca de metade das mulheres que realizam aborto no Brasil acabam necessitando de internação (DINIZ E MEDEIROS, 2010).

A questão envolve outros pontos de conflito, alguns mais estabelecidos, outros menos. Não há como falar sobre aborto sem mencionar o debate sobre início da vida, Estado laico e direitos reprodutivos. Segundo Luis Felipe Miguel (2012) a liberdade de crença é um dos direitos liberais básicos, e o Estado laico uma “consequência lógica” da aplicação dos princípios democráticos. Sendo a vontade do povo soberana, não é possível que se deva submeter a regras dogmáticas. Mas, para o autor, o problema ainda não foi superado no Brasil:

É bem verdade que a questão da laicidade do Estado nunca esteve completamente resolvida no Brasil. A invocação a Deus no preâmbulo da Constituição, a presença de crucifixos em prédios públicos, a existência de feriados religiosos no calendário oficial e a inscrição “Deus seja louvado” que o presidente José Sarney incluiu nas cédulas do cruzado e que lá permanecem, apesar das inúmeras reformas monetárias, são demonstrações disso. (MIGUEL, 2012, p. 661)

Outro ponto de conflito é o debate sobre a defesa da vida do feto por parte do Estado. Enquanto o movimento “pró-vida” acredita ser responsabilidade do Estado zelar pelo nascituro, o movimento feminista percebe esta premissa como uma redução da mulher à condição de portadora de um útero, infringindo seu direito de determinação sobre o próprio corpo. Para as feministas, seguindo a lógica da defesa da vida desde a concepção, no momento da gravidez o direito da mulher ao próprio corpo seria substituído pelo direito maior do feto à vida, sendo o Estado responsável por essa defesa (ALDANA, 2008).

Para Miguel (2012), este ponto pode ser problematizado pela premissa liberal de Locke do direito do cidadão ao próprio corpo como forma de acesso à cidadania: “A propriedade de mim mesmo me dá acesso, portanto, à propriedade privada, que na construção teórica lockeana é o direito supremo e o cartão de ingresso à

---

<sup>21</sup> Pesquisa *Aborto: 20 anos de pesquisas no Brasil*, 2009.

cidadania política”. Dessa forma, o autor acredita que as mulheres não estariam completamente inseridas no cenário político e em condição de igualdade em relação aos homens. Situação desigual “gerada por aquilo que podemos chamar de gravidez compulsória, que representa uma limitação potencial permanente à soberania das mulheres sobre si mesmas. Então, o cidadão, isto é, o homem, ingressa na esfera política dotado de soberania sobre si mesmo, mas para a mulher tal soberania é condicional”.

### **3.3 Teoria Feminista – o direito à escolha**

Os discursos dos movimentos feministas em defesa da descriminalização da aborto, e também de outros apoiadores, têm muitas nuances, mas podem ser divididos em duas linhas principais de argumentação: 1) direito da mulher de autonomia sobre o próprio corpo; 2) perspectiva da saúde pública. O primeiro é um direito individual (posteriormente reconhecido também como direito reprodutivo ao planejamento familiar e decisão sobre números de filhos desejados, uma extensão dos direitos humanos) e o segundo, um direito social. No feminismo brasileiro os argumentos muitas vezes aparecem imbricados. Na base dos dois está o pressuposto de laicidade do Estado, não devendo este utilizar julgamentos morais-religiosos para atuar sobre a questão do aborto ou qualquer outra.

#### **3.3.1 “Meu corpo me pertence” – Autonomia sobre o corpo**

Em países onde a indução do aborto é permitida, esse direito é percebido como um reconhecimento da autonomia individual das cidadãs, a proteção de uma esfera íntima sobre a qual o Estado não pode legislar. O corpo feminino, pela capacidade potencial de gerar vida, tem sido historicamente objeto de controle nas sociedades patriarcais, fato associado à relação de propriedade e à transmissão hereditária dessa propriedade. Poder decidir sobre o próprio corpo é entendido não só como uma garantia do direito à privacidade, mas também como forma de

reconhecer a igualdade entre os gêneros. Por potencialmente poder gerar vida e ser evidência naturalizante da construção social de desigualdade entre homens e mulheres, o corpo feminino tem sido alvo do que Michel Foucault denomina “discursos disciplinadores” (2004).

O corpo é um agente da cultura e nos corpos ela também está inscrita, tornando-o lugar de controle social. Foucault defende que os corpos humanos são treinados e marcados por meio da organização e regulamentação do tempo, espaço e movimentos na vida cotidiana (2004). A autora Susan Bordo (1997) utiliza os conceitos de Foucault e os trabalha a partir da perspectiva da teoria feminista. Ela ressalta que vivemos um tempo em que mulheres gastam muito mais tempo com tratamento e disciplina dos corpos em uma busca sem fim por um ideal de feminilidade, tornando-os o que Foucault denomina “corpos dóceis” (2004): “aquele cujas forças e energias estão habituadas ao controle externo, à sujeição, à transformação e ao ‘aperfeiçoamento’” (BORDO, 1997). Ela aponta que o disciplinamento e a normatização do corpo feminino, opressões de gênero exercidas pelo próprio indivíduo, devem ser entendidas como estratégia de controle social altamente durável.

O sociólogo francês Pierre Bourdieu (2007) aponta que a dominação masculina é de compreensão complexa pois é um modo de pensar, uma “categoria do entendimento”, que é produto da própria dominação.

“A divisão entre os sexos parece estar ‘na ordem das coisas’, como se diz por vezes para falar do que é normal, natural, a ponto de ser inevitável: ela está presente, ao mesmo tempo, em estado objetivado nas coisas (...), em todo o mundo social e, em estado incorporado, nos corpos e nos *habitus* dos agentes, funcionando como sistemas de esquemas de percepção, de pensamento e de ação”. (BOURDIEU, 2007, p. 17)

O autor ressalta que a dominação masculina é ainda mais forte justamente por, parecendo ser natural, dispensar justificção. Há uma pretensa neutralidade da visão androcêntrica que não precisa recorrer a discursos legitimadores: “A ordem

social funciona como uma imensa máquina simbólica que tende a ratificar a dominação masculina sobre a qual se alicerça” (p.18).

A dominação é incorporada porque existe uma construção arbitrária do biológico e do corpo, em especial. Historicamente o movimento feminista luta contra as divisões binárias natureza/cultura, privado(doméstico)/público, pessoal/político, que afastaram mulheres dos espaços e debates públicos. A afirmação “o pessoal é político” é um marco deste paradigma, que coloca as questões femininas como um problema social, antes reservadas à esfera doméstica. É o que Ynestra King chama de “projeção de ideias humanas sobre o âmbito do natural”, as ideias são então projetadas de volta para a sociedade com aspecto de lei natural, mas que reforça a perspectiva masculina sobre a natureza feminina. A dominação masculina é, portanto, uma dominação simbólica, que se dá através de esquemas de percepção e ação.

“A força simbólica é uma forma de poder que se exerce sobre os corpos, diretamente, e como que por magia, sem qualquer coação física; mas essa magia só atua com o apoio de predisposições colocadas, como molas propulsoras, na zona mais profunda dos corpos.” (BOURDIEU, 2007, p.50)

Quando se trata de aborto, estamos falando sobre reprodução, o âmbito de que o discurso da dominação masculina se utiliza para unir de forma mais explícita mulher e natureza, reforçando esta relação. As teorias feministas enfrentaram a questão de diversas formas, do feminismo socialista, ao radical, ao ecofeminismo. A questão destacada por elas é defender que, enquanto indivíduos, as mulheres devem ter autonomia para decidir sobre seus próprios corpos e como utilizá-los. Defensores do direito de escolha acreditam que o embrião no útero da mulher não deve ter mais direitos do que ela própria de decidir sobre os rumos e transformações de seu corpo e sua vida. Mesmo dentro deste argumento mais abrangente, existem nuances. De forma geral, a legalização do aborto é defendida como último recurso em caso de gravidez não desejada e vem acompanhada da demanda por políticas de saúde e prevenção da gravidez, possibilitando o planejamento familiar. Os grupos defendem ampla orientação e acesso a métodos contraceptivos.

O direito a autodeterminação do corpo é entendido como um direito do indivíduo de privacidade pessoal, inviolabilidade da personalidade e da intimidade e inviolabilidade corporal. Segundo essa linha de argumentação, um feto em um útero habita o corpo de um indivíduo que tem o direito de decidir sobre os rumos de seu próprio corpo e de sua individualidade. A gravidez é um marco de ressignificações pessoais e por parte da sociedade, alterando a auto percepção e a identidade do indivíduo. Que uma mulher prossiga com uma gravidez indesejada é impor-lhe identidades: de grávida e de mãe. A gestação enquanto experiência implica mudança na personificação nos planos físico, emocional e simbólico, portanto afeta a identidade e individualidade da mulher. “Somos todos identidades corporificadas”, é o que defende Jean L. Cohen (2012), se aproximando do discurso do *self* de Erving Goffman (2002), em uma defesa da possibilidade de escolha pelo aborto como um direito à privacidade.

A privacidade como direito foi o argumento utilizado pela Suprema Corte Norte-americana quando reconheceu o direito ao aborto em 1973. Algumas feministas não gostam do fato de um direito de mulheres estar alicerçado sobre uma prerrogativa que, em suas perspectivas, serviu de escudo para manter no campo doméstico a violência contra a mulher, o estupro dentro do casamento e a exploração do trabalho feminino. Cohen defende uma nova interpretação do privado por parte do pensamento feminista, uma que permita sua utilização de forma favorável às mulheres. Ela argumenta que a decisão da corte norte-americana colocou as mulheres enquanto *indivíduos* e não como *esposas*. A decisão com relação ao aborto é privada, comunicada entre mulher e médico(a), uma prática que não acontece no espaço doméstico, mas em hospitais e clínicas. Para a autora, alcançando o direito individualizado de privacidade, as mulheres passam à condição de “pleno estatuto legal de pessoa”.

“Sem o reconhecimento pelos outros do controle autônomo de alguém sobre o próprio corpo, sobre sua integridade corporal, sem pelo menos esse reconhecimento mais básico da dignidade de alguém, a auto imagem do indivíduo fica mutilada (perda da autoconfiança), o mesmo ocorrendo com a segurança que lhe é necessária para interagir adequadamente com os outros e expressar suas próprias necessidades e sentimentos. Assim, a divisa ‘nossos corpos, nós mesmas’,

empregada pelas mulheres para defender seu direito ao aborto, soa bastante verdadeira – pois o que está em jogo na controvérsia sobre o aborto é precisamente a individualidade e a identidade da mulher.” (COHEN, 2012, p. 196)

### 3.3.2 Saúde pública

No Brasil, o movimento feminista começou a discutir o tema do aborto na década de 70, no contexto da ditadura militar. As feministas consideravam o aborto um direito individual. Neste período floresciam no país outros movimentos sociais, de esquerda, aos quais as feministas estavam associadas. Os grupos, que atuavam contra o regime militar, tinham outras pautas de discussão que consideravam prioritárias. Por estratégia política, também deixavam de debater o tema para não perder o apoio da igreja católica na luta contra a ditadura. Além disso, organizações mais ortodoxas escolhiam não incluir o direito ao aborto entre suas bandeiras. Entre as próprias feministas havia discussão sobre a ênfase que deveria ser dada ao tema. Afiadas a partidos e movimentos, algumas concordavam que outros temas eram prioritários ou estratégicos na agenda de discussão.

No final da década de 1980, durante a Assembleia Nacional Constituinte, feministas enviaram ao Congresso Nacional a *Carta das Mulheres*. No documento não havia referência direta ao aborto. Na análise de Celi Pinto (2003), este seria um recuo estratégico, para evitar o avanço de forças políticas conservadoras e perder as possibilidades legais previstas no Código Penal de 1940. O objetivo era evitar uma proibição ao aborto no texto constitucional.

Em um cenário em que o aborto voluntário implicava risco de vida à mulher, especialmente as de baixa renda, que não podiam recorrer a clínicas clandestinas, que realizavam a prática de forma menos insegura, a questão era também (e ainda é) um problema de ordem social. Na década de 1990, a alta mortalidade materna levou feministas a colocarem a questão na ordem da saúde pública e passaram a qualificar a prática como “aborto inseguro”. Este argumento foi uma forma também de sensibilizar para a questão do aborto grupos religiosos e setores da esquerda,



que muitas vezes consideravam as preocupações feministas como questões burguesas e distantes dos problemas socioeconômicos do país.

Em um cenário em que o abortamento ilegal coloca em risco a vida de mulheres, especialmente as mais pobres e de baixa escolaridade<sup>22</sup>, o argumento da saúde pública ganha força mesmo em setores conservadores e também entre o poder executivo. O debate é deslocado do campo moral para o da saúde, direito assegurado a todos cidadãos e cidadãs. Exemplo da força política desse discurso são as Normas Técnicas lançadas pelo Ministério da Saúde que garante atendimento humanizado na rede pública para mulheres em situação de abortamento inseguro e para aquelas que desejam realizar aborto e se encontram nas situações permitidas por lei.

### **3.4 Defesa da vida – discurso moral-religioso**

Enquanto para os feminismos o aborto é uma questão de direitos, para as igrejas católica e evangélica, é um problema moral e ético. O nome “pró-vida”, como é designado o grupo que condena moral e ou criminalmente o aborto, já traz por si só carga sentimental que indica a linha de argumentação utilizada. Eles defendem a noção de direito à vida desde a concepção e atuam também na esfera legislativa pela instituição deste ponto de vista. Para eles, a vida, ou a sua potencialidade, tem início no momento em que o embrião é formado. Sendo assim, não seria possível colocar em uma escala de importância a vida da mulher gestante e a do embrião que ela carrega no útero, ambas são entendidas como igualmente valiosas e devem ser defendidas.

A defesa da vida passa pela criminalização do aborto, até mesmo em casos permitidos pela legislação brasileira. Acreditam que a gravidez em decorrência de estupro não pode ser interrompida, pois, mesmo tendo ocorrido sem o consentimento da mulher, gerou uma vida que deve ter plenos direitos. Se a vida já existe no útero, deve ser preservada. O aborto é, portanto, entendido como crime de

---

<sup>22</sup>Pesquisa Aborto: 20 anos de pesquisas no Brasil, 2009.

homicídio. Mas, assim como no movimento “pró-escolha”, o movimento “pró-vida” abriga diversas tendências, das mais moderadas às mais radicais. Parte do grupo, por exemplo, condena a interrupção terapêutica da gravidez quando esta coloca a vida da mulher em risco. A argumentação é de que o aborto seria uma forma ativa de provocar a morte do feto, enquanto a morte da gestante ocorreria pela não intervenção, não configurando um homicídio. (THOMSON, 2012).

A defesa da vida desde a concepção é um posicionamento que vem ganhando força desde o século XIX, mas se tornou ainda mais visível no Brasil na última década. Decisões importantes que discutiram questões como o estatuto do embrião enquanto pessoa, o princípio da vida e em que ponto um embrião passaria a ser considerado um indivíduo, como o uso de embriões para pesquisas científicas, o julgamento no Supremo Tribunal Federal sobre aborto de fetos anencéfalos e a proposta de Lei do “Estatuto do Nascituro”, em tramitação na Câmara dos Deputados, colocaram em foco o debate sobre o início da vida e a defesa de sua proteção desde a concepção.

A posição tem origem religiosa, mas conta também com apoio de profissionais da área da saúde e do direito ligados à igreja. Apesar de ser apresentado como ponto de vista consensual dentro da fé cristã, que seria defendido pelos religiosos desde os primórdios da igreja, essa é uma linha de argumentação que ganhou força somente na era moderna, em meados do século XIX. O aborto sempre foi condenado como pecado sexual, por estar relacionado ao sexo sem objetivo de procriação. Não só ele, como todos os métodos anticoncepcionais. A preocupação com a vida do feto nunca foi a base deste posicionamento. No início da era cristã, teólogos sustentavam que durante as primeiras etapas da gravidez o aborto não era homicídio, pois o feto ainda não teria recebido alma, portanto, não seria um ser humano pleno. Era o que defendia Santo Agostinho, que acreditava que a vida humana só começa em algum momento depois do crescimento do feto.

Para a posição dominante da igreja, a “hominização” do feto só ocorria depois da concepção, cerca de quarenta dias para homens e oitenta para mulheres. Isso porque a igreja segue a doutrina hilemórfica, desenvolvida por São Tomás de Aquino a partir de um conceito aristotélico. Segundo a doutrina, o ser humano é uma unidade formada por dois elementos, corpo e alma. Não existiria portanto alma

humana em corpo que ainda não seja totalmente humano. A concepção dualística que supõe corpo e alma como elementos separados ainda hoje é considerada heresia. Segundo Hurst (2000), nos últimos dois séculos a igreja deixou de lado essa questão e ignorou a doutrina da hominização posterior. Atualmente, a igreja condena o aborto em qualquer fase da gravidez como pecado de homicídio com pena de excomunhão imediata, deixando subentendida uma concepção de “hominização” imediata. Em 1930 o papa Pio XI condenou inclusive o aborto terapêutico quando há risco de vida para a gestante. Em 1965 o Vaticano II condenou o aborto visando a proteção da vida, não apenas como pecado sexual. Em 1974 foi publicada pela Sagrada Congregação para a Doutrina da Fé a *Declaração sobre o Aborto*, que deixa explícito o argumento de defesa da vida e coloca o feto como digno de proteção desde o momento da concepção, mesmo que não seja ainda um humano completo: “Desde o momento em que o óvulo é fertilizado, começa uma vida que não é a do pai nem a da mãe, mas a vida de um novo ser humano com seu crescimento próprio” (1974). (1974). Atualmente, o ponto de vista religioso de que há vida desde a concepção aceita também argumentos seculares científicos, e não se restringe a discussão de se há ou não alma no momento da fecundação.

No Brasil, assim como em outros países da América Latina, o grupo Católicas pelo Direito de Decidir, fundado no final da década de 1980, representa uma voz destoante dentro do pensamento religioso. O grupo, com ampla atuação no país, defende o direito de autonomia da mulher sobre o próprio corpo, com base no argumento de que a condenação do aborto como proteção da vida não foi consenso ao longo da história cristã e de que é necessária uma nova abordagem para a questão da sexualidade, não apenas com objetivo exclusivamente reprodutivo.

### **3.5 Viés Político-Eleitoral**

Uma especificidade da amostra analisada é o aparecimento da categoria político-eleitoral na abordagem do tema do aborto pelas revistas. Nestas situações a referência ao aborto não se deu através do debate a respeito da questão, mas

avaliou ou comentou sua presença na campanha eleitoral. O aborto não foi problematizado, sua criminalização defendida ou contestada, apenas foi constatada a presença do tema na campanha eleitoral e o modo como foi utilizado para conquistar votos do setor religioso.

O medo provocado pelo tema tabu e possibilidade de perda de votos com declarações à seu respeito foi instrumentalizado durante a campanha. Mesmo que moderados, dizeres simpáticos à percepções de saúde pública ou defesa dos direitos das mulheres, políticas públicas relacionadas à prática e questões sociais que envolve, podiam gerar desdobramentos desfavoráveis para a campanha daquele(a) candidato(a).

“Denúncias e mais denúncias com provas documentais lançadas em avalanche dos púlpitos e na internet. Seu núcleo duro: declarações de Dilma, anteriores à candidatura, expressamente favoráveis à descriminalização do aborto, acompanhadas da recapitulação exaustiva de todas as tomadas de posição constantes de textos petistas (do partido e do governo), com destaque para os projetos de modernização jurídica visando a ampliar ainda mais os direitos das mulheres como cidadãs autônomas e calçar legalmente a plena cidadania dos homossexuais”. (PIERUCCI, 2011, P.5)

Em grande parte, o tema se fez presente como forma de atingir a reputação de candidatos (RAMOS, 2012). Um exemplo disso são as declarações da esposa do candidato José Serra, Monica Serra, a respeito do posicionamento de Dilma Rousseff sobre o aborto. Em reportagem da *Agência Estado/Estado de São Paulo*, foi registrado que Mônica, em conversa com um eleitor evangélico que declarava voto em Dilma, disse que a candidata era a favor do aborto: “Ela é a favor de matar as criancinhas” (RAMOS, 2012). Mais tarde, a própria Mônica foi alvo de “denúncias”, quando uma ex-aluna relatou que a esposa de Serra havia realizado um aborto.

“A pessoalização do aborto, i. e., a estratégia de emprestar a condição de pessoa ao feto e de discuti-lo em termos de experiência individual, real ou projetada,

se contrapõe frequentemente a uma outra estratégia que consiste tomar o aborto de forma objetiva e coletiva, nos termos de um problema de saúde pública. Tratar o aborto em termos pessoalizados no debate eleitoral é uma aposta arriscada, na medida em que diluem-se as fronteiras entre público e privado e a reputação dos candidatos vai para primeiro plano, ficando sujeita ao inimigo primordial de toda a reputação: a fofoca.” (RAMOS, 2012, p.74)

Mas o que mais importava nas matérias produzidas com viés político-eleitoral não era nem mesmo o posicionamento dos candidatos a respeito da questão, mas a discussão sobre a presença do tema na disputa eleitoral, a forma como candidatos mantiveram ou mudaram seus posicionamentos, seus efeitos, possíveis consequências e repercussões. Boa parte das publicações que falavam do aborto, diziam que o debate estava no centro das campanhas, mas não apresentavam nenhum dos argumentos que envolvem o debate público sobre o tema, apenas relatando seus desdobramentos na disputa eleitoral. Essa característica se tornou ainda mais forte durante o segundo turno, quando a disputa se polarizou entre Dilma Rousseff e José Serra.

#### 4. ANÁLISE

Na campanha presidencial de 2010, que ocorreu entre 6 de julho e 31 de outubro, o aborto foi tema presente nos discursos das campanhas, entre eleitores e na mídia. Pensando nos veículos de comunicação como espaços de debate público na sociedade moderna, a pesquisa avaliou como o tema apareceu nas revistas brasileiras entre o junho de 2009 e setembro de 2011. O recorte de publicações utilizado neste estudo é o universo das revistas semanais, porque estas se propõem, de maneira geral, a oferecer uma leitura menos episódica e mais reflexiva da pauta jornalística. Neste sentido, elas expõem, de forma mais consistente, os valores predominantes na mídia brasileira em relação ao tema do aborto e sua incidência no contexto eleitoral de 2010. O objetivo foi identificar como se deu a presença do assunto na mídia nos diferentes períodos, divididos em: antes da campanha eleitoral (junho de 2009 a junho de 2010); durante a campanha (junho de 2010 a novembro de 2010) e depois das eleições (novembro de 2010 a novembro de 2011).

Para analisar a presença do tema nas revistas brasileiras, foram selecionadas as quatro publicações de maior circulação no país: *Carta Capital*, *Época*, *IstoÉ* e *Veja*. O acesso ao material foi por meio do acervo virtual mantido nos sites das revistas. No total, foram encontradas 130 menções ao tema, seja na seção de atas de personalidades, notas, cartas do leitor, editoriais, entrevistas, opinião, reportagens ou outros.

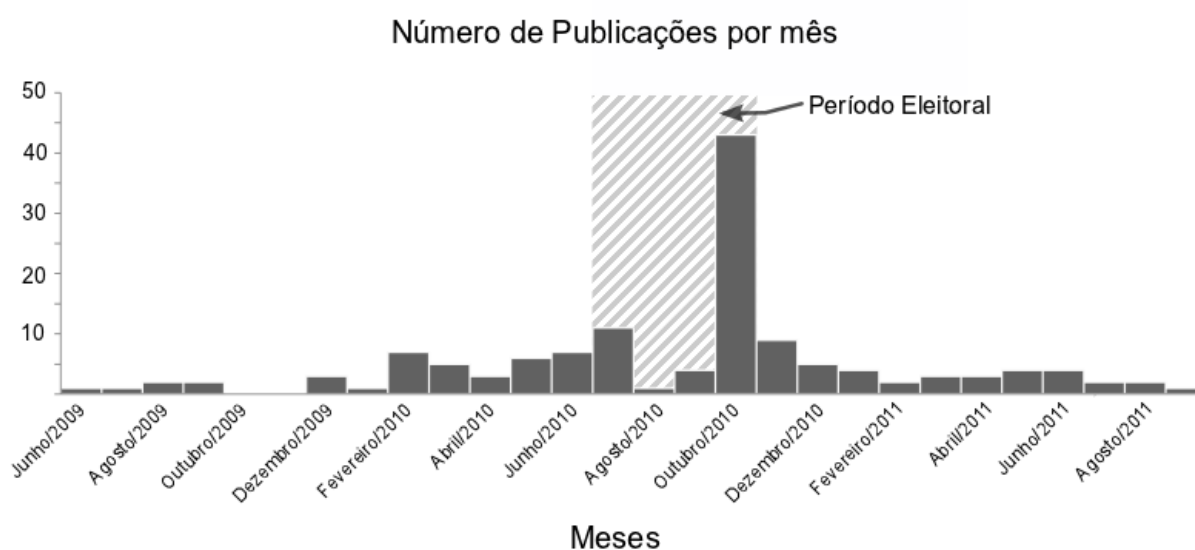
##### **Volume de Reportagens, Entrevistas, Editoriais, Colunas e Notas Publicadas**

No período anterior à campanha eleitoral, foram publicadas vinte e nove matérias relacionadas ao tema aborto, 22% do total. Nos 12 meses posteriores ao período eleitoral, foram identificadas quarenta matérias, 31% do total. Durante a campanha, um período de apenas quatro meses, o número de publicações relacionadas ao tema subiu para sessenta e um, 47% do total. Publicou-se em

quatro meses quase o equivalente ao que foi produzido em dois anos. A maior atenção dada ao tema durante o período eleitoral se torna mais evidente se tomarmos a média de publicações por mês. O mês de outubro de 2010 foi o que apresentou maior número de matérias: 45.

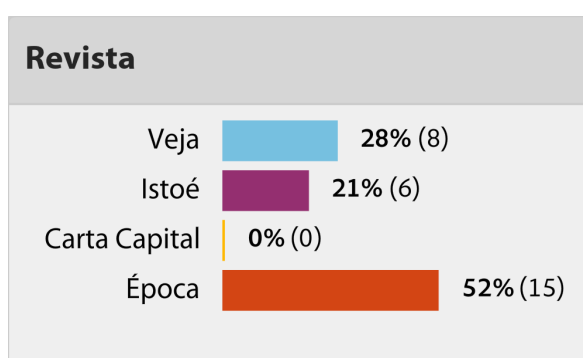
### Período

Antes da campanha eleitoral	<div style="width: 22%;"></div>	22% (29)
Durante a campanha eleitoral	<div style="width: 47%;"></div>	47% (61)
Depois da campanha eleitoral	<div style="width: 31%;"></div>	31% (40)



## Antes da Campanha Eleitoral

*Época* foi a revista que mais publicou sobre o tema no período anterior à campanha, com quinze matérias relacionadas ao aborto. *Veja* e *IstoÉ* publicaram oito e seis vezes, respectivamente. *Carta Capital* não apresentou nenhuma publicação neste período.



Em reportagens e entrevistas que envolviam os candidatos e que mencionavam o tema do aborto, todos os três foram ouvidos. Marina Silva foi a mais relacionada ao tema (três vezes), sempre colocando em foco sua percepção sobre o aborto e o fato de ser evangélica. José Serra e Dilma Rousseff aparecem como fontes uma vez cada.

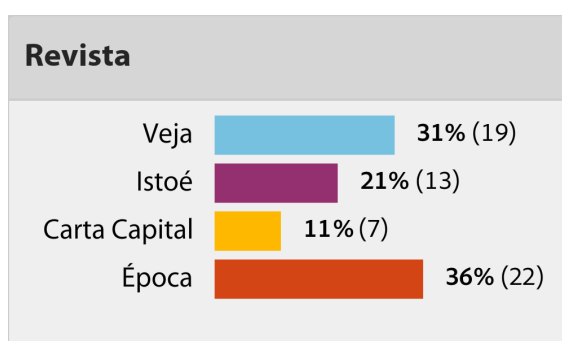
Neste período analisado, o debate sobre o aborto aparece com frequência em material relacionado às eleições presidenciais norte-americanas ou de outros países. A presença do tema na campanha brasileira já era anunciada. Em cinco das matérias ele foi mencionado com viés político-eleitoral. O discurso moral-religioso também esteve presente (oito vezes), seguido da autonomia da mulher (cinco vezes) e do debate sobre descriminalização (quatro vezes). Na maioria das matérias, dezenove, 66% do total, o aborto não foi o tema central da publicação e a referência a ele se deu apenas nos aspectos relativos à campanha eleitoral no Brasil e em outros países, principalmente Estados Unidos, discussões médicas sobre métodos contraceptivos e notícias de crimes que envolveram aborto, mas que a prática não



foi o ponto central, como o caso do goleiro Bruno (que teria forçado a amante a abortar antes das acusações de que ela teria sido assassinada e tido o corpo escondido).

## Campanha Eleitoral

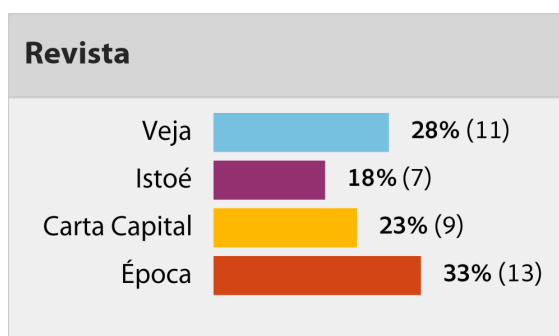
Durante a corrida eleitoral, *Época* e *Veja* foram as revistas que mais abordaram o tema, com vinte e duas e dezenove publicações, respectivamente. *IstoÉ* teve treze matérias, e *Carta Capital*, sete.



Neste período, o aborto passou a ser tema central nas matérias que trataram do tema, 56% das vezes (trinta e quatro matérias), contra 44% no período anterior. O viés mais comum foi o político-eleitoral, presente em 74% das publicações. Em segundo lugar veio o discurso moral-religioso, em 25% das matérias. A abordagem da saúde pública aparece em 10% das publicações. Os três candidatos falaram em entrevistas e reportagens. Marina apareceu em sete e Serra e Dilma em cinco, cada.

## Depois das eleições

Depois das eleições, *Época* se manteve como revista com mais publicações, treze ao todo. Em seguida, *Veja* com onze, *Carta Capital* com nove e *IstoÉ* com sete.



O viés político-eleitoral perdeu espaço, mas continuou o mais frequente, presente em 33% das matérias. O discurso moral-religioso apareceu tanto quanto o da descriminalização do aborto, em 18% das publicações. Os candidatos perderam espaço nas matérias sobre aborto, apenas Dilma e Marina foram ouvidas em matérias sobre o tema, uma vez cada.

## Fontes

Das fontes ouvidas pelas revistas, representantes de denominações religiosas foram as mais presentes, com espaço em vinte publicações: oito em *IstoÉ*, cinco em *Veja*, quatro em *Época* e três em *Carta Capital*. Políticos e representantes do poder público ficam em segundo lugar, quinze matérias: seis por *Época*, quatro por *Veja*, três por *Carta Capital* e dois por *IstoÉ*. Fontes da área médica apareceram em terceiro, com nove publicações. Quatro de *Veja*, duas de *Época* e três de *IstoÉ*. Nenhuma em *Carta Capital*. Por último, ficaram fontes de organizações feministas,

que apareceram em seis matérias: três de *Carta Capital*, duas de *IstoÉ* e uma de *Época*. *Veja* não ouviu nenhuma fonte deste grupo. Mulheres que abortaram tiveram espaço em cinco publicações, três de *Época* e uma de *Carta Capital* e uma de *IstoÉ*. Estas fontes não foram ouvidas por *Veja*.

Se analisarmos cada período, é possível notar que antes das eleições *Época* ouviu a maior variedade de fontes. Depois da campanha, quem ouviu maior variedade foi *IstoÉ*, seguida de perto por *Carta Capital*. Durante o período eleitoral, *Época* e *IstoÉ* ouviram apenas candidatos e representantes religiosos. *Veja* ouviu também representantes da área médica. *Carta Capital* não ouviu médicos, mas foi a única neste período a ouvir grupos feministas, políticos e representantes do poder público.

Em nenhum momento *Veja* ouviu grupos feministas ou mulheres que abortaram. A revista só ouviu grupos religiosos durante as eleições (quatro publicações). Representantes do poder público e políticos só foram ouvidos antes das eleições. Médicos e pesquisadores foram ouvidos em todos os períodos.

## **Análise Qualitativa**

Para efeito de consideração sobre a abordagem do tema nas quatro publicações, serão consideradas algumas matérias de maior peso, uma para cada período, em cada publicação. Para avaliação do discurso produzido nas matérias, foram construídos dispositivos de análise ancorados no referencial teórico apresentado. Os critérios para análise do discurso foram os seguintes: risco à vida; métodos abortivos; repressão social em sociedades tradicionais; silêncio social em torno do aborto; duas vertentes do debate sobre o aborto no Brasil; o papel do Estado (laico); viés político-eleitoral; da vertente Feminista: autonomia; estratégia de controle social - a dominação masculina; individualidade, privacidade, inviolabilidade, identidade; saúde pública; da vertente do discurso moral-religioso: direito (do feto) à vida; criminalização.

## **VEJA**

### **Período Pré-Eleitoral**

No período pré-eleitoral, *Veja* produziu sete matérias relacionadas ao tema. O aborto nunca era o ponto central da publicação, que ora falava sobre eleições em outros países e o posicionamento daqueles candidatos sobre o tema, ora falava de aspectos criminais (como em reportagens e notas sobre o caso do goleiro Bruno, acusado de obrigar a amante a abortar), ou de aspectos médico-científicos. O debate político-eleitoral em torno do tema já começava a se pronunciar, como em entrevista de Marina Silva.

## A Pílula de Depois de Amanhã

[illegible][illegible]

A reportagem *A pílula de depois de amanhã*, publicada em dez de março de 2010, na edição 2155, escrita por uma mulher, é exemplo do discurso médico-científico deste período. Ela fala sobre um novo método contraceptivo de emergência desenvolvido na França. O método teria efeito prolongado em relação às já conhecidas “pílulas do dia seguinte”, podendo ter efeito até cinco dias depois da relação sexual.

A repórter abre a matéria com o número anual estimado de mulheres que engravidam sem planejar em todo o mundo: 80 milhões. A partir daí, ela fala sobre o número de abortos realizados em condições de risco e suas consequências, chegando ao dado de que 70 mil mulheres morrem a cada ano em todo mundo em decorrência de abortos inseguros. O raciocínio traçado passa, sem mencionar o termo, pelo argumento da *autonomia* da mulher sobre o próprio corpo, decidindo por interromper uma gestação não planejada/desejada. Neste caminho, a repórter fala também sobre os *métodos abortivos* e o fator de *risco à vida* que o aborto clandestino envolve. Ela classifica o cenário como “aterrador”, e atribuiu a diminuição do número de abortos clandestinos no Brasil, em relação à década de 80, à “disseminação de políticas de planejamento familiar” e “aperfeiçoamento dos métodos anticoncepcionais, especialmente contraceptivos de emergência”,

mencionando que o Ministério da Saúde distribui desde de 2002 as “pílulas do dia seguinte”, que “evitam 30% dos abortos clandestinos no país”. Assim, ela utiliza a perspectiva da *saúde pública* como ponto relevante no debate sobre aborto.

Somente nas últimas linhas da primeira página, a repórter começa a falar sobre o novo método contraceptivo de emergência, a ellaOne. Com base no discurso médico-científico, explica o funcionamento da pílula e como ela inibe a fecundação. O argumento é estruturado de forma a deixar claro que as pílulas de emergência não podem ser entendidas como abortivas, pois não permitem a fertilização, a fecundação do óvulo pelo espermatozoide. Sendo assim, ela parte do pressuposto de que o aborto só existe a partir do momento da fertilização. A repórter fala, então, da polêmica entre médicos e grupos antiaborto ligados à igreja católica, que consideram a pílula como método abortivo e “um convite ao sexo sem proteção”. Com aspas de um médico, homem, que aparece no texto para selar o debate, esclarece que a pílula não atua se a fecundação já tiver ocorrido.

A reportagem conclui que contraceptivos de emergência são “uma grande conquista para mulheres”, especialmente diante das possíveis falhas de outros métodos ou em casos de “uma eventual” relação sexual sem proteção, com a ressalva de que essa última “não deveria ocorrer nunca, é claro”. Admitindo a existência da prática, a repórter demarca reprovação moral ao sexo desprotegido. Ela guarda as últimas linhas da matéria para um médico (outro homem, nenhuma médica aparece no texto) que alerta sobre efeitos colaterais da pílula, especialmente quando usadas com frequência: “Há mulheres que tomam a pílula do dia seguinte como se fosse aspirina”, diz. “É um perigo”, conclui. A fala está alinhada com o discurso de julgamento moral das práticas sexuais e condena somente uma das partes envolvidas, a mulher. Além disso, não apresenta dados ou provas que sustentem a opinião. Está próximo do discurso vigente de que em países onde o aborto é legalizado, mulheres abortam de forma rotineira.

## Período Eleitoral

Durante a campanha presidencial, *Veja* passou a dar mais espaço a matérias relacionadas ao tema aborto, que apareceu como tema central dos textos, especialmente após o primeiro turno eleitoral. As matérias tinham viés político-eleitoral, trazendo poucos ou nenhum dos argumentos que envolvem o debate sobre o tema realizado pela sociedade. Quando algum argumento aparecia, era o moral-religioso. A revista não ouviu nenhuma organização feminista e nem deu espaço para a percepção do aborto como questão de saúde pública. Em geral, foi associado às candidatas mulheres, Marina Silva e Dilma Rousseff. A revista não trouxe nenhuma declaração de José Serra sobre o tema.

## Antes Depois



Em quatro de outubro de 2010, *Veja* publicou na edição 2186 reportagem de capa sobre o posicionamento da então candidata à Presidência da República, Dilma Rousseff, com relação ao aborto. Intitulada *Antes Depois*, a reportagem abre com duas páginas estampadas com o perfil de Dilma. Em frente à cada umadela, os posicionamentos entendidos como contraditórios em relação ao aborto: defesa da

*descriminalização, autonomia da mulher, risco à vida, questão social e saúde pública* de um lado e garantia de que a mudança da legislação sobre aborto não fazia parte do programa de governo, e dizer-se “pessoalmente contra”, “não acredito que haja mulher que não considere o aborto uma violência”, de outro.

Escrita por três homens e com reportagem de outros dois, a matéria argumenta que o voto religioso foi determinante para a queda na intenção de votos na reta final do primeiro turno. A revista aponta que, segundo pesquisa de 2008 do Instituto Datafolha, apenas 11% dos brasileiros são favoráveis à descriminalização do aborto, enquanto 14% acham que deveriam haver mais permissivos legais para a prática e 68% são contrários a mudanças na legislação. A revista classifica, então, o eleitorado brasileiro como “claramente conservador”, surgindo a percepção de que a prática tem *reprovação social em sociedades tradicionais*. Assim, colocam em contexto a anunciada mudança de posicionamento da candidata. O único argumento apresentado que indique possível mudança de opinião sobre o tema é o fato de dizer “pessoalmente contra” e considerar o aborto uma violência (nessa fala ela menciona que compartilharia do ponto de vista de todas as mulheres). Aparece aqui a dualidade público/privado, político/pessoal, que perpassa o aborto e outras questões de gênero. Mas nenhum deles vai ao encontro dos argumentos de grupos antiaborto: direito do feto à vida e criminalização da prática. Dilma deixa de defender perspectivas pró-escolha, mas não menciona nenhum dos argumentos do outro grupo, não chega a fazer uma oposição à opinião anterior.

Exposta a situação, a reportagem lança dúvidas sobre o posicionamento de Dilma em relação a outros temas que considera polêmicos: Erenice Guerra (ministra que sucedeu a candidata na Casa Civil e deixou o cargo após denúncias de *Veja*), Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), liberdade de imprensa, meio ambiente e política monetária. Fica a impressão de que o objetivo da reportagem é lançar dúvida sobre a palavra da candidata, em qualquer situação. “Muitas interrogações pairam sobre ela”, concluem os repórteres.

Sobre a presença do tema aborto no debate eleitoral, apontam que, apesar de ser novidade do Brasil, a questão faz parte das campanhas presidenciais norte-americanas desde a década de 70. Para a reportagem, não é surpresa o tema aborto ter surgido nesta eleição, mas o fato de não ter surgido antes. Para reforçar o



argumento, trazem aspas do antropólogo Roberto DaMatta defendendo a discussões que “envolvam valores morais” em eleições. “Estamos atrasados”, diz ele.

A revista sustenta a posição que foi o Partido dos Trabalhadores e a candidata Dilma que trouxeram o tema do aborto para o debate político. A evidência que trazem é de que em 18 de agosto a candidata foi questionada em debate promovido pela associação Folha/UOL se era favorável à legislação sobre o tema. As aspas de Dilma utilizadas pela reportagem falam em equilíbrio entre legislação e “interesses das mulheres” e sobre tratar a questão “como um assunto de saúde pública”. Mas, se a candidata falou sobre aborto pela primeira vez durante a campanha ao responder à pergunta colocada em um debate, quem abordou o tema pela primeira foi o interlocutor que propôs a questão, não a pessoa que a respondeu. A revista traz inclusive um infográfico que ocupa mais de meia página com a escala do volume diário de pesquisas feita no site *Google* relacionando as palavras “Dilma” e “aborto”, indicando aumento a partir do dia do debate.

Com a polêmica estabelecida na campanha eleitoral, *Veja* fala então da tentativa da campanha petista de “acalmar os cristãos”, trazendo a oposição entre as *duas vertentes do debate sobre aborto no Brasil*. A última página da matéria é dedicada ao posicionamento de três grupos religiosos - católicos, evangélicos e espíritas - condenando o posicionamento de Dilma. No corpo do texto, as palavras são apenas de contestação à candidata, mas sem argumentação sobre o tema. Em uma ilustração ao lado, a foto de três líderes religiosos (todos homens) trazem balões com aspas. As argumentações são sobre *direito do feto à vida* e *criminalização*: “O estado tem a obrigação de garantir a segurança das crianças ainda no ventre materno.”; “O aborto é o mais horrendo dos homicídios.”; “é um crime aos olhos de Deus”.

### **Período Pós-Eleitoral**

Passado o período eleitoral, aumentou o espectro de argumentos presentes nas matérias de *Veja* sobre aborto. Questões como descriminalização, saúde

pública, Estado Laico, aspectos jurídicos e religiosos foram tratados nas matérias, mas de forma breve. Assim como antes das eleições, o tema não foi o ponto central nas publicações em que apareceu.

## A Ciência das Escolhas Difíceis

Livros

### A ciência das escolhas difíceis

A geneticista Mayana Zatz discute, com serenidade, os problemas humanos e éticos que sua área de pesquisa vem levantando

JENNIFER RODRIGA

Falta de um benefício, uma vantagem biológica seria suficiente para que uma criança seja considerada "deficiente"? Essa é a pergunta que Mayana Zatz, uma das maiores autoridades brasileiras em genética humana, está se fazendo ao qualificar a ciência da genética. Ela não é uma cientista, mas uma geneticista, e sabe que a ciência da genética é uma ciência que determina o futuro de uma pessoa, mas não o destino. Ela sabe que a ciência da genética é uma ciência que determina o futuro de uma pessoa, mas não o destino. Ela sabe que a ciência da genética é uma ciência que determina o futuro de uma pessoa, mas não o destino.

Mayana Zatz, geneticista, discute os dilemas éticos que a ciência da genética enfrenta. Ela fala sobre o caso de uma mulher holandesa que fez um teste genético pré-natal para descobrir se o filho seria hemofílico. Ela também fala sobre o caso de uma mulher brasileira que fez um teste genético pré-natal para descobrir se o filho seria deficiente. Ela discute os dilemas éticos que a ciência da genética enfrenta e como ela lida com eles.

Professora de genética do Instituto de Física de São Carlos, Mayana Zatz é uma das maiores autoridades brasileiras em genética humana. Ela fala sobre o caso de uma mulher holandesa que fez um teste genético pré-natal para descobrir se o filho seria hemofílico. Ela também fala sobre o caso de uma mulher brasileira que fez um teste genético pré-natal para descobrir se o filho seria deficiente. Ela discute os dilemas éticos que a ciência da genética enfrenta e como ela lida com eles.

Mayana Zatz, geneticista, discute os dilemas éticos que a ciência da genética enfrenta. Ela fala sobre o caso de uma mulher holandesa que fez um teste genético pré-natal para descobrir se o filho seria hemofílico. Ela também fala sobre o caso de uma mulher brasileira que fez um teste genético pré-natal para descobrir se o filho seria deficiente. Ela discute os dilemas éticos que a ciência da genética enfrenta e como ela lida com eles.

Mayana Zatz, geneticista, discute os dilemas éticos que a ciência da genética enfrenta. Ela fala sobre o caso de uma mulher holandesa que fez um teste genético pré-natal para descobrir se o filho seria hemofílico. Ela também fala sobre o caso de uma mulher brasileira que fez um teste genético pré-natal para descobrir se o filho seria deficiente. Ela discute os dilemas éticos que a ciência da genética enfrenta e como ela lida com eles.

Mayana Zatz, geneticista, discute os dilemas éticos que a ciência da genética enfrenta. Ela fala sobre o caso de uma mulher holandesa que fez um teste genético pré-natal para descobrir se o filho seria hemofílico. Ela também fala sobre o caso de uma mulher brasileira que fez um teste genético pré-natal para descobrir se o filho seria deficiente. Ela discute os dilemas éticos que a ciência da genética enfrenta e como ela lida com eles.

Mayana Zatz, geneticista, discute os dilemas éticos que a ciência da genética enfrenta. Ela fala sobre o caso de uma mulher holandesa que fez um teste genético pré-natal para descobrir se o filho seria hemofílico. Ela também fala sobre o caso de uma mulher brasileira que fez um teste genético pré-natal para descobrir se o filho seria deficiente. Ela discute os dilemas éticos que a ciência da genética enfrenta e como ela lida com eles.



100 | VEJA 17 DE SETEMBRO DE 2011

100 | VEJA 17 DE SETEMBRO DE 2011

Na edição 2233, de sete de setembro de 2011, *Veja* publicou *A Ciência das Escolhas Difíceis*, matéria sobre o livro *Genética*, escrito por uma geneticista sobre dilemas éticos da ciência, matéria sobre o livro *Genética*, escrito por uma geneticista sobre dilemas éticos da ciência. No lide, o caso de uma holandesa que, ao ficar grávida, decide fazer um teste genético pré-natal para descobrir se o filho seria hemofílico. Filha de um homem portador do distúrbio e “impressionada com o sofrimento do pai”, estava determinada a realizar um aborto caso o exame fosse positivo. Não foi, já que se descobriu também que ela não era filha biológica do homem que a criou. O argumento da *autonomia* da mulher sobre seu próprio corpo, vida e decisões surge desacompanhado de contrapontos, de forma naturalizada e sem questionamentos. Há apenas a ressalva de que a prática é permitida pelas leis holandesas. A “reflexão ética” proposta pelo livro e explorada na matéria é sobre as descobertas na área da genética e da reprodução assistida, não sobre o aborto.

O livro, segundo a revista, é sobre o “descompasso vertiginoso” entre o conhecimento científico e a reflexão ética “que deveria acompanhá-lo”. Após o primeiro parágrafo, não menciona mais o aborto, mas trata questões como pesquisas com célula tronco, exames de saúde em embriões ainda não implantados, “embriões salvadores” (selecionados geneticamente para salvar a vida de irmãos, são gerados para doação de medula ou de sangue do cordão umbilical), e da possibilidade de escolha entre embriões por critérios como: “a inteligência, a habilidade atlética e até a cor dos olhos”. São questões abordadas sem a menção de argumentos que defendem a proteção da vida desde a concepção. A matéria não traz respostas e abre um panorama amplo de debate sem julgamentos morais. A palavra “escolha”, tão relacionada à temática do aborto, aparece como possibilidade em outras formas de concepção e gestação. O aborto enquanto escolha, como aparece no início da matéria, ganha perspectiva de ponto pacífico. Os desafios éticos do futuro seriam todos os outros possibilitados por novas descobertas científicas.

## ***ISTOÉ***

### **Período Pré-Eleitoral**

Antes das eleições, *IstoÉ* publicou reportagens que tinham aborto como tema central. Surgiram discursos sobre a autonomia da mulher com relação ao próprio corpo, a escolha sobre a maternidade, o debate sobre descriminalização e o aborto clandestino como risco à vida da mulher. O discurso moral-religioso não esteve presente. Algumas publicações tiveram viés político-eleitoral. A única candidata a declarar algo sobre o tema à revista neste período foi Marina Silva.

### ***Elas Decidem Como e Quando Querem ser Mães***

Na reportagem *Elas Decidem Como e Quando Querem ser Mães*, da edição 2075, de 19 de agosto de 2009, *IstoÉ* publica matéria de uma repórter sobre o controle das mulheres sobre a gestação. Com foco nos avanços científicos que permitem prolongar a fertilidade - congelamentos de óvulos, inseminações artificiais, doações de sêmen, entre outros - fala sobre estas escolhas e suas possíveis consequências.

No lide, traz o caso de uma mulher que priorizava a carreira profissional e recorreu a um banco de sêmen para gerar o filho. A *identidade* materna foi explorada pelas dualidades: sucesso profissional x perda do emprego, corpo magro x engordar, beleza x feiura. Na fala reproduzida pela personagem e atribuída ao ex-marido: “filho estraga a vida da mulher, pois todas engordam, enfeiam e ficam desempregadas”. A questão do “relógio biológico” em contraponto ao sucesso profissional e dedicação à carreira é constante nos casos relatados.

Quanto ao aborto, aparece entre os argumentos de *autonomia*, uma das “conquista femininas em relação ao próprio corpo”. A prática é colocada em contexto global, como um direito a ser conquistado, e a descriminalização é tida como tendência, naturalizada e alcançada por outros. Não são mencionadas nem críticas à descriminalização, nem desafios enfrentados para que se concretize no Brasil. “Desde os anos 70, o aborto sem restrições vem se tornando legal em diversos países, dando a elas [mulheres] o direito de decidir se querem ou não gerar aquela vida”. Os novos avanços científicos em termos de fertilização e novas concepções de família são mostrados como mais um degrau em uma escala evolutiva de conquista de direitos. É o que deixa claro o infográfico sobre “conquista femininas”, que traz os seguintes itens, nesta ordem: “a semente congelada”, “e fez-se a pílula”, “direito ao aborto” e “quem sabe faz a hora”.

## **Período Eleitoral**

Durante a campanha eleitoral, o viés dominante foi o político-eleitoral. Em algumas matérias surgiu o discurso moral-religioso. Não houve espaço para os discursos da vertente feminista.

### ***Votos da Fé***

Um exemplo é a matéria *Votos de Fé*, publicada em quatro de agosto de 2010, na edição 2125, escrita por dois homens, cujo ponto central é a presença das religiões na campanha eleitoral. A primeira linha do texto fala da importância do *Estado laico*: “Num país como Brasil, misturar política e religião nunca deu certo”. Em seguida, narra como líderes religiosos se engajam na campanha e como os candidatos se posicionam em relação a temas estratégicos para esses grupos religiosos (aborto, drogas, casamento gay). A *criminalização* do aborto é um dos pontos centrais. A matéria ressalta que “a indefinição sobre temas tão delicados não é exclusividade” de Dilma Rousseff. E coloca aspas da candidata, que “relativizou sua opinião [favorável à descriminalização do aborto]: ‘Sou a favor da vida’”. Um discurso dúbio, quase um jogo de palavras para não desagradar nenhum dos lados, sem explicar de qual vida é a favor: das mulheres que morrem em decorrência de abortos inseguros ou do feto.

Com base em declarações de líderes religiosos e posicionamentos de segmentos das igrejas católica e evangélica, a matéria mostra como se articulam com partidos e candidatos, defendendo a candidatura de um ou outro, condenando voto em quem não se alinha ao posicionamento religioso. Uma demonstração de como a religião entrou na barganha política, inclusive por meio de articulações de parlamentares da bancada religiosa.

## Período Pós-Eleitoral

Apesar de ouvir uma diversidade de fontes, as que mais aparecem no período pós-eleições são os representantes religiosos. Neste período a revista trouxe também uma variedade de discursos, como o de mulheres que abortaram, a questão da descriminalização, da saúde pública e o argumento religioso.

### ***Deus e o Sexo***

A matéria *Deus e o Sexo*, de 16 de fevereiro de 2011, da edição 2153, fala sobre um livro lançado por professor de Harvard que demonstraria que “a ‘Bíblia’ é muito mais liberal do que as religiões cristãs no que diz respeito aos temas relacionados à sexualidade”. O escritor, Michael Coogan, trata a obra a partir de uma perspectiva histórica. Na matéria, são destacados alguns pontos do livro, entre eles o aborto. O autor fala que a Bíblia “não diz nada especificamente” sobre o tema, mas que as *duas vertentes* que debatem a prática se apoiam nas mesmas passagens bíblicas para defender seus pontos de vista. De um lado, estão os que dizem que a Bíblia não iguala a vida de um feto à de um adulto, de outro, os que acredita que valorização da vida está presente nesses textos.

Ao falar sobre adultério, poligamia e prostituição, surge o argumento da *dominação masculina*. O autor diz que a *Bíblia* os percebe “pela ótica do patriarcalismo”, tratando o adultério, por exemplo, “mais como uma violação proprietária do que uma questão moral”. Apesar de perceber a presença do controle social neste argumento, a matéria, não o relaciona à condenação do aborto, apesar de estar contido na passagem bíblia selecionada no trecho sobre o tema: “Numa briga entre dois homens, se um deles ferir uma mulher grávida e for causa de aborto sem maior dano, o culpado será obrigado a indenizar aquilo que o marido dela exigir, e pagará o que os juízes decidirem. Contudo, se houver dano grave, então pagará vida por vida”.

## **CARTA CAPITAL**

### **Período Eleitoral**

Durante o período pré-eleitoral *Carta Capital* não publicou nenhuma matéria relacionada à temática do aborto. No período eleitoral, a revista falou sobre aborto pela ótica político-eleitoral, discutindo a forma como o tema aparecia na campanha. Apesar dessa predominância, foi a revista que neste período mais deu espaço para outros discursos que estão presentes no debate público da questão. Assuntos como Estado laico, direito à vida, saúde pública e descriminalização estiveram presentes. Foi a única revista a ouvir organizações feministas durante a campanha eleitoral.

### ***Na Idade Média***

A matéria *Na Idade Média*, publicada em 14 de outubro de 2010, na edição 617, entre o primeiro e segundo turno da eleição presidencial, fala sobre a presença do tema aborto na campanha eleitoral. Das matérias analisadas que foram publicadas no período de campanha, é a que expõe mais pontos de vista e argumentos que perpassam o debate sobre aborto. No subtítulo faz um contraponto entre o uso do aborto como “arma dos conservadores” e a ausência no debate político da perspectiva do *risco à vida* da gestante, “problema que leva milhares de mulheres à morte todos os anos”. A repórter faz uma defesa do *Estado laico* em oposição à presença das religiões no debate político. O artifício usado por ela é uma linha imaginária traçada no dia do primeiro turno das eleições. Antes dela estão: “o século XXI”, o aborto como “questão séria de saúde pública”, associado a “15% das mortes maternas no país”. Do outro lado da linha, depois do primeiro turno e com a colocação do aborto no centro do debate eleitoral, estão: “plena Idade Média”, “clima inquisitorial” patrocinado por evangélicos e “alas conservadoras da Igreja Católica”.

A repórter apresenta pesquisa científica para demonstrar que, apesar de *criminalizado*, o aborto é praticado com frequência “por vontade própria” de uma em cada cinco mulheres com menos de 40 anos no Brasil. É uma oposição ente *criminalização* e *autonomia*. Usa também outra pesquisa, realizada em 2001 e 2010, que traz números para mostrar que a grande maioria (79% e 73,5%) dos brasileiros era e se manteve contrária ao aborto, reforçando a percepção de que a prática é *socialmente reprovada em sociedade tradicionais*.

Na matéria, a repórter fala sobre uma “trama” para usar o julgamento moral-religioso na tentativa de tirar votos da candidata que estava à frente nas pesquisas eleitorais. Um dos argumentos apresentados na matéria, é a declaração dada pela “própria mulher do candidato José Serra, Mônica”, de que Dilma “gosta de matar criancinhas”, equalizando aborto a homicídio. A repórter relata também a atuação de bispos, padres e pastores, que por meio de cartas, panfletos, vídeos na internet e outras declarações, fizeram “cruzada” contra a candidata do PT, classificando a própria ou o partido como “a favor da ‘legalização’ do aborto”: “comprometeu-se a legalizar o aborto”. Ela traz o relato de uma faixa presente em protesto contra Dilma que dizia: “Apoiar a Dilma é negar a Bíblia”.

A mistura entre religião e política é demonstrada em diversos trechos, como no que diz respeito à resposta da campanha de Dilma à disseminação do tema aborto como estratégia de ataque à sua candidatura. Fala que na “contraofensiva religiosa do PT” atuou Gilberto Carvalho, “um dos ‘igrejeiros’ do partido”. Fala também do posicionamento de deputados do PT sobre a descriminalização do aborto, em discursos que hora dizem que o partido expulsa que não segue o alinhamento pró-descriminalização (“Como eu fui publicamente contra o aborto, eles tentaram me calar”), hora se dizem independentes neste posicionamento (“É mentira. Eu também sou contra o aborto e nunca fui punido pelo partido”). Sempre opondo os discurso de *descriminalização* e *saúde pública* aos de *defesa da vida (do feto)*: “O que nós defendemos, o que Dilma defende, é que a mulher que fez aborto, ao chegar às portas do hospital, não seja presa, mas atendida”, dizem as aspas de um senador.

A matéria diz que, como estratégia de campanha, seriam distribuídos 1 milhão de exemplares da “Carta ao Povo de Deus”, onde Dilma “reafirma” que questões



como aborto e união estável de casais do mesmo sexo são decididas pelo Parlamento, não pelo poder executivo. Apesar dos esclarecimentos, não desembaraça os nós atados entre religião e política, apenas os empurra pra outra esfera do Estado. A repórter traz então o posicionamento de alguns setores religiosos que se incomodam com a presença do tema no debate eleitoral, argumentando que a “instituição [igreja] foi instrumentalizada politicamente com a conivência de alguns bispos” e “lamentando a ‘instrumentalização eleitoral’”. O discurso do político Ciro Gomes, da campanha da Dilma, condena a forma como o tema foi usado na campanha pelo PSDB, classificando como “mistificação religiosa”, clamando por uma suposta tradição brasileira de “tolerância religiosa” e “Estado laico”. E finaliza: “Por que o PSDB, que nasceu para ajudar a modernidade do país, resolveu agora advogar o Estado teocrático?”.

Para terminar a matéria, a repórter apresenta dados sobre a realização do aborto de acordo com a religião, chegando ao resultado de que a maioria dos abortos é realizada por católicas, seguidas de protestantes e evangélicas e por último de outras religiões ou sem religião. O que, para ela, “expõe a hipocrisia reinante”. Ao ouvir a antropóloga responsável pela pesquisa, traz aspas sobre a importância de tratar o aborto como “questão de saúde e direitos humanos” e de que “é preciso reconhecer que mulheres, religiosas ou não, fazem aborto”. Ao dizer *reconhecer* ela está falando também sobre o *silêncio social* em relação ao aborto. Ela não faz a ressalva de que a ocorrência de abortos voluntários segue a proporção religiosa do país, trabalha apenas com os números brutos.

### **Período Pós-Eleitoral**

Depois da campanha, o aborto deixou de ser tema central da maioria das matérias de *Carta Capital* relacionadas ao tema. A revista manteve diversidade de fontes e argumentos, refletindo a diversidade de debate. O viés político-eleitoral ainda foi predominante, presente em matérias que refletiam sobre como o assunto foi abordado na campanha presidencial.

### ***Quer Ganhar uma Eleição?***

Na matéria *Quer Ganhar uma Eleição?*, de 2 de março de 2011, da edição 635, a jornalista fala sobre uma pesquisa que aponta um “perfil assustadoramente conservador do eleitorado” brasileiro, principalmente em relação a candidatos a cargos majoritários. Os dados apresentados indicam que os chamados posicionamentos “progressistas”, que tangem a moral religiosa de candidatos e eleitores, praticamente impossibilitam a eleição de candidato que os defenda. São eles: “legalização do aborto e da maconha” e ateísmo ou a prática de religiões afro-brasileiras, assim, colocados de forma genérica e sem contextualização, fazendo parte de um mesmo arcabouço moral. Segundo o coordenador da pesquisa, um político que “se apresentasse na campanha abertamente como praticante do candomblé e simpático à ideia de descriminalizar as drogas e o aborto”, não seria eleito. Os assuntos se misturam ao falar da influência religiosa na atuação de parlamentares. “Muitas vezes a questão religiosa supera a partidária”, diz sobre o posicionamento de uma deputada evangélica em relação à sua participação na “Frente Parlamentar pela Cidadania LGBT”. A questão do *Estado laico* perpassa todos eles.

Na segunda metade da reportagem, é apresentada pesquisa do Ibope, encomendada pela ONG Católicas pelo direito de decidir, feita um mês após a eleição presidencial, sobre a percepção dos brasileiros com relação ao aborto. A posição da ONG é declarada como “favorável à descriminalização”, em contraste com a constatação da pesquisa que ganhou destaque no subtítulo: “Nem 10% da população aceita que uma mulher aborte por vontade própria”, colocando em oposição a *reprovação social* e a *autonomia* da mulher sobre o próprio corpo. Os dados revelam reprovação semelhante em caso de falha dos métodos anticoncepcionais e ou pelo argumento de falta de condições econômicas para ter uma criança.

A pesquisa revela que a prática só é aceita nos casos permitidos pela legislação, como quando representa *risco à vida da mulher*, ou em caso de estupro e má-formação do feto (este último ainda estava sendo apreciado pelo Supremo

Tribunal Federal). Uma coordenadora da ONG lamenta a manutenção do que chama de “posição conservadora”, argumentando que a descriminalização do aborto foi equiparada, por setores conservadores, ao “assassinato de crianças”. Ela diz que “ninguém em sã consciência é a favor do aborto, o ideal seria não precisar abortar” e associa a conscientização com relação a métodos contraceptivos à descriminalização do aborto, “porque a mulher tem mais acesso à saúde pública”.

Por fim, a repórter diz, em tom otimista, que a pesquisa apontou reconhecimento da população com relação à *autonomia* reprodutiva da mulher: “a maioria dos entrevistados opinou que a decisão de ter ou não um filho é exclusiva da mulher e não de uma igreja, do Governo, do Judiciário ou do Congresso”.

## **ÉPOCA**

### **Período Pré-Eleitoral**

*Época* foi a revista que mais publicou sobre aborto antes do período eleitoral. E foi também a que realizou debate mais amplo e diverso sobre o tema neste período. Quase metade dessas matérias tiveram aborto como tema central. Fontes das vertentes religiosa e feminista foram ouvidas, assim como depoimentos de mulheres que abortaram. Os discursos sobre Estado laico, criminalização/descriminalização, autonomia da mulher, direito do feto à vida, saúde pública e risco à vida da mulher estavam presentes na cobertura. O enfoque político-eleitoral não foi o predominante.

#### **4.4.1 *Uma em cada sete já abortou***

A reportagem de *Época*, *Uma em cada sete já abortou*, da edição 627, foi publicada em maio de 2010, pouco antes do início da campanha eleitoral. Com base

na divulgação em primeira mão da Pesquisa Nacional do Aborto, feita pelo Instituto de Bioética, Direitos Humanos e Gênero, a Anis, em parceria com a Universidade de Brasília (UnB), ela traça um panorama da prática do aborto no Brasil. O dado mais destacado é de que uma em cada sete mulheres entre 18 e 39 anos já realizou aborto voluntário. Seriam 5,3 milhões de mulheres, 15% da população feminina em idade fértil. Outro ponto ressaltado é que o perfil dessas mulheres “rompe alguns mitos sobre o tema”, como a associação da prática do aborto a pessoas não religiosas e que “não estão integradas a uma família”. É apontado que quase metade das mulheres que já abortaram é casada ou “vive com um companheiro”, é católica ou evangélica e tem filhos. O aborto também “se distribui de forma equilibrada em todas as classes sociais”. A fala de um dos pesquisadores é de que “A mulher que aborta não tem um perfil específico. Pode ser qualquer uma, de qualquer classe social”.

É ressaltado o método de desenvolvimento da pesquisa, que precisou garantir sigilo e anonimato das entrevistas devido à *criminalização* do aborto no Brasil. O texto diz que as entrevistadas “confessaram” (termo ligado ao imaginário religioso, no qual confissões envolvem as noções de pecado e culpa) “o que ninguém tinha conseguido medir com tamanha precisão”. Os dados são apresentados como “uma realidade concreta”, em oposição aos debates sobre o tema a partir de “convicções religiosas, filosóficas e científicas”. A partir disso, é apresentado o argumento defendido pelo pesquisador: “É inviável continuar tratando todas elas [mais de 5 milhões de mulheres que abortaram] como criminosas”, “Há um evidente problema de saúde pública em larga escala”. Esse argumento é reforçado pela informação obtida na pesquisa de que mais da metade das mulheres que abortaram precisaram ser internadas em decorrência de complicações. “Isso sugere aos pesquisadores um problema de saúde pública”, diz o texto. Sem deixar explícito, defende o argumento do *risco à vida da mulher*, e conclui que é necessária uma atuação do Estado com relação ao aborto voluntário tendo como alvo a saúde da mulher: “A investigação poderá ajudar a definir políticas públicas não só para reduzir a prática, mas para impedir que as mulheres sofram com suas sequelas”.

Sobre *métodos contraceptivos*, a matéria dá destaque ao dado encontrado pela pesquisa de que mais da metade das mulheres recorreram a remédios como

forma de abortar, e ressalta a questão do contrabando de medicamento para essa finalidade, classificado com “um dos pilares do silencioso mercado de medicamentos contrabandeados”. Traz a informação dada por uma das pesquisadoras, que “teve acesso a investigações do Ministério Público do Distrito Federal sobre o mercado negro de medicamentos”. Segundo a reportagem, os fornecedores dos medicamentos abortivos são aqueles “especializados em medicamentos para o corpo”, “São vendedores de anabolizantes, pílulas para emagrecer ou voltadas para disfunção erétil”, diz a pesquisadora. Ou seja, no mercado de medicamentos contrabandeados, aborto é um procedimento de controle sobre o próprio corpo, alinhado ao discurso feminista de *autonomia*, “meu corpo, minha escolha”. Sobre outros métodos, é levantada a questão das clínicas particulares como “um mercado gigantesco”, já que “37% das mulheres abortaram sem tomar remédio e sem ficar internadas”.

O debate sobre aborto na esfera política é colocado no âmbito do poder legislativo e é mencionada a questão do estatuto do nascituro, que defende o *direito do embrião à vida* desde o momento da concepção. A deputada relatora do projeto de lei é ouvida, o foco principal é a questão das mulheres que engravidam em decorrência de estupro. Outros dois parlamentares e uma socióloga da Secretaria de Políticas para as mulheres contra argumentam.

## **Período Eleitoral**

Durante as eleições, *Época* privilegiou o enfoque político-eleitoral. As únicas fontes ouvidas foram os candidatos e líderes religiosos. O discurso moral-religioso foi o segundo mais presente. Também houve espaço para questões como direito do feto à vida, descriminalização do aborto e saúde pública. O debate sobre Estado laico, suscitado pela presença do tema na campanha presidencial, ganhou espaço em colunas e editorial, uns defendendo a presença do tema, outros criticando a influência religiosa.

## ***A Fé, a Política e o Segundo Turno***

A carta publicada no início do segundo turno eleitoral (9 de outubro de 2010) , na edição 647, pelo diretor de redação de *Época*, Hélio Gurovitz, traz no primeiro parágrafo uma defesa do *Estado laico*, que classifica como “um dos pilares da democracia moderna”, “dos maiores legados das revoluções liberais dos séculos XVIII e XIX”. Depois, diz que a religião tem sim “interferência no universo da política” e considera “absolutamente legítimo (e desejável)” em uma democracia que as escolhas sejam feitas de acordo com convicções pessoais. Sendo assim, traça o raciocínio de que grupos de interesse, no caso os religiosos, possam “lutar dentro da lei para que seus pontos de vista prevaleçam”. Coloca o aborto no grupo de temas de “fortes implicações de ordem metafísica”, que são de interesse político mas que envolvem “a fé de cada candidato”.

O diretor de redação argumenta que a presença do tema aborto na campanha presidencial é “um sinal do amadurecimento de nossa democracia” e defende o debate em torno da “agenda de valores”. Mas não diz como o debate estava sendo levado e nem os interlocutores envolvidos. Se o aborto é para alguns questão religiosa, e o colocaram na agenda política, para outros é tema relacionado a questões como saúde pública, direitos humanos, direitos reprodutivos, direitos das mulheres, e outros, não mencionados pelo autor. Ele reconhece que os candidatos à Presidência adotaram nos programas eleitorais “discursos voltados para o público religioso”.

Em dois momentos o texto traz o antagonismo Deus x aborto. Na legenda das fotos, “Ambos [Dilma e Serra] responderam sobre Deus e aborto” e quando diz: “Em ambas [entrevistas dadas pelos candidatos Dilma e Serra à *Época*] eles disseram acreditar em Deus e ser contra o aborto”.

## Período Pós-Eleitoral

Depois das eleições, apesar da predominância do viés político-eleitoral, ainda refletindo sobre o papel do aborto na campanha, houve espaço para uma diversidade maior de argumentos sobre aborto. O tema já não era mais o ponto central das matérias nas quais aparecia. Houve aumento de gêneros opinativos sobre o tema, o viés predominante foi o da descriminalização da prática.

### ***10 razões para se indignar***

Na coluna *10 razões para se indignar*, de 23 de dezembro de 2010, da edição 658, a jornalista Ruth Aquino escreve sobre um livro/panfleto lançado na França: *Indignez-nous (Fique indignado)*. Barato (€3) e escrito por um homem de 93 anos que teria ajudado a redigir a Declaração Universal dos Direitos dos Homens, de 1948, incita “os jovens ao não conformismo pacífico”. A indignação é desvinculada da raiva e associada a um estado de alerta: “Uma pessoa indignada não é necessariamente raivosa. Indignar-se com a injustiça é estar alerta”.

A colunista traz o debate para âmbito nacional e faz a sua própria lista das “10 razões para se indignar no Brasil”. Para ela, reduzir a lista dos itens que classifica com indignantes depende “da vontade política da presidente eleita e da atitude pessoal de cada um de nós”. Ocupando o terceiro lugar, aparece o clamor pelo *Estado laico*: “a influência excessiva da Igreja sobre o estado laico brasileiro”, e coloca a “descriminalização do aborto” em um pacote de assuntos nos quais haveria uma sobreposição da “religião” em relação a razões de “saúde e ciência”. Ele defende que ditames religiosos não devem ser “condutores de políticas públicas”. Sem mencionar os direitos das mulheres, opõe a moral religiosa à questões de saúde pública e ao discurso médico-científico.

## 5. CONCLUSÃO

Com base no material levantado e no referencial teórico construído, foi analisado o tratamento dado ao tema do aborto pelas quatro revistas brasileiras de maior circulação durante o período eleitoral em comparação como o ano anterior e posterior às eleições presidenciais de 2010. Se antes das eleições o tema não tinha espaço significativo, no período eleitoral ganhou destaque, inclusive com reportagens de capa, e foi até defendido como questão a ser amplamente debatida pela sociedade, como no editorial de *Época* da edição 647. Após as eleições, no entanto, pode-se perceber que, na maioria das revistas, o fato de o tema estar presente na campanha não fez com que seu agendamento se estendesse ao período posterior.

No período pré-eleitoral, *Veja* não publicou nada que tivesse o aborto como questão central. Na maioria das vezes em que o tema surgiu, foi de forma breve em matérias sobre eleições ou legislação norte americana. Assim como na cobertura do tema nas eleições brasileiras, o aborto não foi problematizado, apenas foi relatado o posicionamento de um candidato, ou do juiz da Suprema Corte norte-americana. Outras vezes, era tratado do ponto de vista estritamente médico, sobre medicamento contraceptivo, ou criminal, sobre o venda ilegal de remédios na internet. A influência das eleições já pôde ser percebida, quando em duas entrevistas a candidata Marina Silva respondeu a perguntas que relacionavam o fato de ela ser evangélica e seu posicionamento sobre o aborto.

Durante os quatro meses de campanha eleitoral, *Veja* produziu metade do material publicado nos vinte e oito meses abrangidos pela pesquisa. O aborto foi tema central na maioria das matérias, que tratavam predominantemente das eleições presidenciais no Brasil. A então candidata Dilma Rousseff foi a mais associada ao tema, ganhando reportagem de capa que explorava suas declarações sobre aborto. Na mesma edição, outras duas reportagens exploravam o tema aborto, uma sobre eleições e o trabalho dos institutos de pesquisa e outra com discurso médico-científico sobre o princípio da vida. Apesar de todo o destaque recebido, a questão do aborto não foi debatida em profundidade e a variedade de



argumentos e questões que envolvem o tema não foi refletida na cobertura. No máximo, apareceram os posicionamentos de líderes religiosos sobre o aborto ou sobre a candidata Dilma e a forma como o aborto estava sendo colocado nas campanhas.

É interessante ressaltar que em momento algum *Veja* ouviu mulheres que abortaram ou representantes de movimentos feministas. Os discursos predominantes foram os de religiosos, médicos e políticos, demonstrando que para a revista existe apenas uma visão “científica” do tema e uma religiosa, além do tema durante as eleições.

Ao fim das eleições, *Veja* diminuiu o número de publicações sobre o tema, voltando a nível semelhante ao do período pré-eleitoral. Fato que se torna ainda mais evidente se excluirmos as publicações que ainda comentavam o fator aborto na campanha presidencial. Também as abordagens voltaram a ser semelhantes às daquele período, demonstrando que a presença do aborto nas eleições não provocou aumento da presença ou da discussão do tema com o fim da campanha nem mudança na qualidade do debate proposto pela revista.

Antes do período eleitoral, metade das matérias de *IstoÉ* relacionadas ao aborto tinham o tema como questão central. A revista reproduziu uma variedade de discursos, como questões relacionadas à autonomia da mulher sobre o próprio corpo, o aborto clandestino como risco à vida da mulher e o debate sobre descriminalização. O aborto também apareceu relacionado à questão eleitoral. Mas não esteve presente o discurso moral-religioso.

Assim como *Veja*, *IstoÉ* também produziu metade das matérias relacionadas ao aborto durante o período eleitoral. Mas, apesar de ter o viés político-eleitoral como predominante, e sem problematizar os outros aspectos que envolvem o tema, fez uma reflexão crítica sobre a forma como o aborto apareceu na campanha, como nas reportagens *Os santinhos de uma guerra suja* (matéria de capa, ilustrada com foto de José Serra beijando um terço) e *Uma campanha sem propostas*. Em tom de reprovação, inclusive aludindo ao discurso de defesa do Estado laico, a revista atribuiu à campanha de Serra a responsabilidade por ter trazido à tona o tema do aborto apenas com intuito de angariar votos de setores religiosos.

Passadas as eleições, *IstoÉ* diminui o número de matérias relacionadas ao aborto, mas ampliou o leque de discursos presentes nas reportagens que abordam o tema, dando espaço tanto para religiosos quanto para mulheres que realizaram aborto. Assim como *Veja*, o volume e as abordagens utilizadas no período pré-eleitoral ressurgiram após as eleições. Talvez como pequena consequência, grupos religiosos ganharam mais espaço neste período do que tinham antes das eleições. Porém, posicionamentos divergentes não perderam espaço.

O levantamento mostrou que o aborto não era tema relevante para *Carta Capital* no período pré-eleitoral. Nos doze meses analisados, não foi publicado nada sobre o tema. As eleições pautaram a revista para o tema e, durante a campanha, todas as matérias sobre aborto foram relacionadas à corrida presidencial. Apesar disso, é a revista que abrangeu maior variedade de discursos no período eleitoral. Mesmo com predominância do viés político-eleitoral, *Carta Capital* abordou a questão de forma a refletir os discursos produzidos pela sociedade sobre o tema. Questões como saúde pública, defesa da vida do feto, Estado laico e o debate sobre descriminalização estavam presentes nas reportagens e artigos de opinião. Foi também a única revista a ouvir representante de organização feminista durante o disputa eleitoral.

*Carta Capital* foi a única revista que produziu mais matérias no ano posterior às eleições do que no período eleitoral. O dado se torna mais relevante se levarmos em conta que a revista não abordou o tema no ano anterior à campanha. Parte das matérias ainda eram reflexo da campanha, mas ainda assim produziu material considerável que não tinha relação com o pleito. A revista manteve nas matérias uma diversidade de discursos sobre o aborto, que vão desde de aspectos morais-religiosos à questão da autonomia da mulher sobre o próprio corpo e a percepção da prática como questão de saúde pública. Pela análise realizada, é possível notar que a transição entre os dois períodos não representou mudança na abordagem do tema por parte da revista. A presença do aborto na campanha pautou *Carta Capital*, que passou a produzir material sobre a prática e continuou refletindo sobre a questão mesmo após as eleições.

No período pré-eleitoral, *Época* foi a revista que mais publicou sobre o tema e que reproduziu maior variedade de discursos. As reportagens e notas falavam sobre

questões como personalidades que tinham posicionamento sobre o aborto voluntário, o debate do tema em outros países e divulgação de pesquisa sobre a prática no Brasil. Algumas reportagens e entrevistas com os candidatos já traziam prévia de como seria a cobertura durante a campanha eleitoral, abordando o posicionamento de Dilma, Serra e Marina com relação ao aborto. Apesar da predominância do discurso moral-religioso, a revista diversificou a cobertura, dando espaço para discursos tanto da vertente religiosa quanto da feminista.

Durante as eleições, houve, assim como nas outras revistas, aumento do número de matérias relacionadas ao tema do aborto. Apesar da predominância do viés político-eleitoral, refletindo sobre a forma como o tema foi utilizado na campanha, houve espaço para outros discursos, como os debates sobre Estado laico, descriminalização do aborto e saúde pública. A perspectiva moral-religiosa também esteve presente de forma marcante.

Assim como *Veja* e *IstoÉ*, depois das eleições *Época* diminuiu o número de matérias relacionadas ao aborto para níveis semelhantes ao do período pré-eleitoral. Assim como nas duas revistas, as eleições ainda exerceram influência sobre o material publicado. Aumentou também o número de artigos opinativos que abordaram o tema, assim como a diversidade de discursos presentes nas matérias. Depois do viés político-eleitoral, o que teve mais espaço foi o debate sobre descriminalização do aborto, com tendência das colunas de opinião de serem favoráveis a esse posicionamento. No que diz respeito à abordagem, pode-se considerar que foi retomado o padrão existente no período pré-eleitoral.

Com exceção de *Carta Capital*, pode-se notar uma tendência entre as revistas com relação à forma como o aborto aparece em cada período. O modo como o tema foi abordado antes das eleições ressurgiu após o período eleitoral. Durante a campanha, houve uma suspensão de todas as outras questões associadas à prática, que aparece quase que exclusivamente em matérias que falam sobre os candidatos ou a disputa eleitoral.

Antes da campanha eleitoral, o aborto tinha pouco espaço nas revistas analisadas e quando aparecia, normalmente não era o ponto central da matéria. Neste período de um ano, *Carta Capital* não publicou material algum relacionado ao

tema. Se considerarmos a imprensa como um dos principais espaços de debate público sobre questões de interesse social, espaço de construção da opinião pública e representação das diferentes vozes da sociedade sobre determinado tema, uma questão de tamanho interesse como o aborto, que mobiliza diferentes atores sociais, seria de se esperar que houvesse a presença do tema de forma regular no meios de comunicação, representando o debate travado pela sociedade. Mas não foi este o cenário encontrado na pesquisa.

O aborto foi pautado na campanha como forma de conquistar votos de grupos religiosos e a religião teve papel central na disputa eleitoral de 2010, especialmente no segundo turno. O número de itens publicados sobre o tema seguiu essa tendência, e teve aumento ao longo da campanha e uma explosão no mês de outubro, após o primeiro turno. Houve também mudança no foco do tema. Se antes o candidato mais relacionado ao debate sobre aborto era Marina Silva (evangélica e contrária à descriminalização), durante a campanha, Dilma Rousseff ganhou destaque na cobertura.

Após as eleições, o número de publicações, apesar de maior do que no período pré-eleitoral, sofreu queda. Parte das matérias ainda era dedicada a questões relativas à campanha presidencial. As outras matérias tratavam o tema de forma semelhante à que ocorria no período pré-eleitoral. A presença do aborto na campanha não provocou mudança na abordagem da questão pelas revistas no período pós eleições. Isso reflete também a forma como ele foi tratado nas campanhas e na cobertura midiática no período eleitoral, quando o debate da sociedade sobre o tema não foi abrangido, nem por uma nem por outra. Assim que o aborto saiu do cenário político, sua presença nas revistas voltou a ser como era antes das eleições. Se pensarmos que a presença do tema nas campanhas também não representou a diversidade e profundidade do debate na sociedade, não é de se espantar que tenha passado como um flash pela cobertura midiática, sem deixar consequências de longo prazo.

O período eleitoral aparece como um hiato, no qual o aborto é tema constante e há um aumento significativo na cobertura do tema. Mas a qualidade do debate se torna ainda mais pobre em termos de diversidade de argumentos do que no período

anterior à campanha, refletindo também a presença avassaladora, mas pouco problematizada, do aborto na campanha eleitoral.

As fontes ouvidas pelas revistas e os discursos construídos nas publicações também não representam a pluralidade de vozes envolvidas no debate público. Dado significativo é a pequena presença de mulheres que praticaram aborto nas matérias produzidas. Há de se destacar que, durante a campanha eleitoral esse fato se torna ainda mais nítido, a voz ouvida pelas revistas foi quase que exclusivamente a de políticos e grupos religiosos (com exceção de *Carta Capital*). O discurso médico e o viés da saúde pública foram pouco representados neste período. *Carta Capital* foi a única que trouxe problematizações da vertente feminista durante as eleições.

Os discursos existentes na sociedade relativos ao aborto são muito mais complexos do que o debate exposto nas revistas analisadas. Se o período da campanha eleitoral se destacou pela ausência deste debate, beirando uma interdição do tema (na campanha e na mídia) justamente no momento em que ele esteve em maior evidência, os outros dois períodos também não contribuíram para uma cobertura rica em perspectivas. As revistas trataram a questão de forma superficial e evitando problematizá-la. Nenhuma das vertentes, seja a perspectiva feminista, religiosa, normativa ou de saúde pública, teve os pontos de vista aprofundados pela cobertura midiática. A abordagem do tema nesses vinte e oito meses analisados não trouxe novidade e nem contribuiu para o enriquecimento do debate. O agravante é que esta cobertura achatou a discussão, provocando a sensação de esvaziamento dos discursos relativos ao aborto, que na realidade são refinados e apresentam diversas nuances.

O silêncio sobre o aborto e sua sub-representação no universo simbólico podem ser relacionados à *interdição* da produção deste tipo de discurso. Foucault diz que este é um instrumento de exclusão de discursos, e as regiões que ele aponta como sendo mais influenciadas por estes sistemas de exclusão são justamente a sexualidade e a política, ambas presentes no objeto e contexto analisado: “O discurso não é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas aquilo por que, pelo que se luta, o poder do qual queremos apoderar” (FOUCAULT, 2009, p.10).

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

### Bibliografia citada

ALDANA, Myriam. Vozes Católicas no Congresso Nacional: Aborto, defesa da vida, em *Revista Estudos Feministas*, 16(2), p. 639–646, 2008.

BARSTED, Leila. Legalização e descriminalização, 10 anos de luta feminista, em *Revista Estudos Feministas*, 0, p. 104-130, 1992.

BELINE, Silvana. Direito ao corpo como possibilidade de uma cidadania reconfigurada, em *Revista da Faculdade de Direito da UFG*, 32(1), p. 211-226, 2008.

BOLTANSKI, Luc. As dimensões antropológicas do aborto, em *Revista Brasileira de Ciência Política*, 7, p. 205–245, 2012.

BORDO, Susan. O corpo e a reprodução da feminidade: uma apropriação feminista de Foucault. In: JAGGAR, A.; BORDO, S. (Org.). *Gênero, corpo, conhecimento*. Rio de Janeiro: Record: Rosa dos Ventos, p. 19-41, 1997.

BOURDIEU, Pierre. A dominação masculina. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil. 5ª ed, 2007.

CECATTI, José Guilherme, GUERRA, Gláucia, SOUZA, Maria Helena, & MENEZES, Greice Maria. Aborto no Brasil: um enfoque demográfico, em *Revista Brasileira de Ginecologia e Obstetrícia*, 32(3), p. 105 – 11, 2010.

COHEN, Jean. Repensando a privacidade: autonomia, identidade e a controvérsia sobre o aborto, em *Revista Brasileira de Ciência Política*, 7, p. 165-203, 2012.

DINIZ, Debora, CORRÊA, Marilena, SQUINCA, Flávia, & BRAGA, Kátia. Aborto: 20 anos de pesquisas no Brasil, em *Cadernos de Saúde Pública*, 25(4), p. 939–942, 2009.

———, Debora, & MEDEIROS, Marcelo (2010). Aborto no Brasil: uma pesquisa domiciliar com técnica de urna, em *Ciência & Saúde Coletiva*, 15, p. 959–966, 2010.

FREITAS, Angela. *Aborto: guia para profissionais de comunicação*. Recife: Grupo Curumim, 2011.

FONTES, Maria Lucineide. O enquadramento do aborto na mídia impressa brasileira nas eleições 2010: a exclusão da saúde pública do debate, em *Ciência & Saúde Coletiva*, p. 1805–1812, 2010.

FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir*. Petrópolis: Editora Vozes. 38ª ed., 2010.

———, Michel. *A ordem do discurso*. São Paulo: Edições Loyola. 18ª ed., 2009.

GOFFMAN, Erving. *A representação do eu na vida cotidiana*. Petrópolis: Editora Vozes. 10ª ed., 2002.

HURST, Jane. *Uma história não contada: a história das idéias sobre o aborto na Igreja Católica*. São Paulo: Católicas pelo Direito de Decidir. 4ª ed., 2000.

KING, Yanestra. Curando as feridas: feminismo, ecologia e dualismo natureza/cultura. In: JAGGAR, A.; BORDO, S. (Org.). *Gênero, corpo, conhecimento*. Rio de Janeiro: Record: Rosa dos Ventos, p. 126-154, 1997.

MELO, Jacira. A polêmica do aborto na imprensa, em *Revista Estudos Feministas*, 5(2), Rio de Janeiro: IFCS/UFRJ, p.406-412, 1997.

MIGUEL, Luis Felipe. Aborto e democracia, em *Revista Estudos Feministas*, 20(3), p. 657–672, 2012.

PIERUCCI, Antônio Flávio. Eleição 2010: desmoralização eleitoral do moralismo religioso, em *Novos Estudos*, 89, p. 5-15, 2011.

PINHO, Andrea. Os debates sobre o aborto na mídia brasileira: Enquadramentos midiáticos e consequências políticas, 2009.

PINTO, Céli. *Uma história do feminismo no Brasil*. São Paulo: Perseu Abramo, 2003.

RAMOS, Jair. Toma que o aborto é teu: a politização do aborto em jornais e na web durante a campanha presidencial de 2010, em *Revista Brasileira de Ciência Política*, 7, p. 55–82, 2012.

REBOUÇAS, Melina, & DUTRA, Maria. Não nascer: algumas reflexões fenomenológico-existenciais sobre a teoria do aborto, em *Psicologia em Estudo*, 16(3), p. 419–428, 2011.

RIBEIRO, Flávia. Aborto por anencefalia na mídia brasileira: análise retórica do debate entre as posições “pró-escolha” e “pró-vida”, em *Revista Brasileira de Ciência Política*, 7, p. 83–114, 2012.

ROCHA, Maria Isabel da. A discussão política sobre aborto no Brasil: uma síntese, em *Revista Brasileira de Estudos de População*, 23(2), p. 369–374, 2006.

SALEM, Tania. As novas tecnologias reprodutivas: o estatuto do embrião e a noção de pessoa, em *Mana*, 3(1), p. 75-94, 1997.

SCAVONE, Lucila. Políticas feministas do aborto, em *Estudos Feministas*, 16(2), p. 675-680, 2008.

SILVERSTONE, Roger. *Por que estudar a mídia?*. São Paulo: Edições Loyola. 2ª ed. 2005.

THOMSON, Judith. Uma defesa do aborto, em *Revista Brasileira de Ciência Política*, 7, P. 145-164, 2012.

VENTURA, Miriam. *Direitos reprodutivos no Brasil*. São Paulo. 2ª ed. 2004.

## Bibliografia Consultada

LUKER, Kristin. *Abortion and the politics of motherhood*. Berkeley e Los Angeles: University of California Press. 1985.

## Documentos Consultados

Ministério da Saúde, Secretaria de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos, Departamento de Ciência e Tecnologia. *Aborto e saúde pública no Brasil: 20 anos*, Brasília: 2009

Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Área Técnica de Saúde da Mulher. *Atenção Humanizada ao Abortamento: Norma Técnica*. Brasília, 2ª ed., 2011.

Ministério da Saúde, Secretaria de Políticas de Saúde, Área Técnica de Saúde da Mulher. *Parto, aborto e puerpério: assistência humanizada à mulher*. Brasília: Ministério da Saúde, 2011.

Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. *Prevenção e Tratamento dos Agravos Resultantes da Violência Sexual contra Mulheres e Adolescentes : Norma Técnica*. Brasília, 3ª ed., 2012.

Pacto Nacional pela Redução da Mortalidade Materna e Neonatal, lançado pela Presidência da República em 8 de março de 2004.

Sagrada Congregação para a Doutrina da Fé, *Declaração sobre o Aborto*, 1974.

Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República. *Programa Nacional de Direitos Humanos (PnDH-3)*, Brasília: 2010

## Revistas Analisadas

*Carta Capital*, edições de junho de 2009 a novembro de 2011, disponíveis em <[www.cartacapital.com.br/revista](http://www.cartacapital.com.br/revista)>. Acesso em: 30 jun. 2013.



*Época*, edições de junho de 2009 a novembro de 2011, disponíveis em <[www.revistaepoca.globo.com/edicoes-antiores](http://www.revistaepoca.globo.com/edicoes-antiores)>. Acesso em: 30 jun. 2013.

*IstoÉ*, edições de junho de 2009 a novembro de 2011, disponíveis em <[www.istoe.com.br/revista/edicoes-antiores](http://www.istoe.com.br/revista/edicoes-antiores)>. Acesso em: 30 jun. 2013.

*Veja*, edições de junho de 2009 a novembro de 2011, disponíveis em <[www.veja.abril.com.br/acervodigital/home.aspx](http://www.veja.abril.com.br/acervodigital/home.aspx)>. Acesso em: 30 jun. 2013.

## ANEXOS

## Lista das Publicações – Revista Época

Ordem das Public.	Período		E D I Ç Ã O	GÊNERO	EDITORIA	TÍTULO	C A P A	
	#m	Data					Elei- toral	
1	7	05-dez-09	603	Nota	Primeiro Plano	Fala Brasil - Morte antes do júri		N
2	8	15-jan-10	609	Opinião	Sociedade	Zilda Arns (*1934+2010) - "Que morte linda"		N
3	9	05-fev-10	612	Nota	Primeiro Plano	Fala Mundo - O triângulo inglês		N
4	9	12-fev-10	613	Nota	Primeiro Plano	Fala Mundo - A primeira mulher no comando		N
5	9	22-fev-10	614	Entrevista	Brasil	Você acha que sou um posto?	x	S
6	9	22-fev-10	614	Reportagem	Sociedade	Ter filhos em duas rodas		N
7	9	27-fev-10	615	Reportagem	Sociedade	Chico Xavier e a alma do Brasil	x	N
8	9	27-fev-10	615	Nota	O Filtro	O Filtro - O "sim" ao aborto		N
9	10	15-mar-10	616	Nota	Primeiro Plano	Fala, Mundo - Hitler e o aborto		N
10	11	02-abr-10	620	Carta do Leitor	Caixa Postal	O Vaticanofoiomisso?		N
11	11	10-abr-10	621	Entrevista	Brasil	José Serra: "Estou mais preparado"		S
12	12	22-mai-10	627	Reportagem	Brasil	Uma em cada sete já abortou		N
13	12	22-mai-10	627	Reportagem	Negócios&Carreira	Uma em cada sete já abortou		N
14	12	22-mai-10	627	Entrevista	Brasil	A estreita terceira via de Marina		S
15	12	22-mai-10	627	Entrevista	Brasil	Marina Silva: "O Brasil precisa antecipar o futuro"		S
16	12	28-mai-10	628	Carta do Leitor	Caixa Postal	A pesquisa nacional sobre aborto		N
17	13	05-jun-10	629	Reportagem	Brasil	Tradicionalouprogressista?		S
18	13	26-jun-10	632		Dois pontos	As frases que marcaram a semana		S
19	13	26-jun-10	632	Entrevista	Brasil	Pastor Sóstenes Apolos da Silva: "Nós vivemos de acordo com a Bíblia"		S
20	14	03-jul-10	633	Carta do Leitor	Caixa Postal	O pastor de Marina Silva		S
21	14	03-jul-10	633	Coluna	Colunistas	O goleiro, a namorada, o bebê e o Flamengo		N

22	14	10-jul-10	634	Reportagem	Sociedade	O fim do sonhos	x	N
23	14	10-jul-10	634	Reportagem	Brasil	Qual é a verdadeira Dilma?	x	S
24	17	09-out-10	647	Reportagem	Brasil	A fé entrou na campanha	x	S
25	17	09-out-10	647	Reportagem	Brasil	Ele tem chance?	x	S
26	17	09-out-10	647	Entrevista	Brasil	Marina Silva: "Há um achado político nestas eleições"	x	S
27	17	09-out-10	647	Editorial	da Redação	A fé, a política e o segundo turno		S
28	17	09-out-10	647	Coluna	Colunistas - Guilherme Fiuza	O aborto, o verde e o palhaço no circo eleitoral		S
29	17	09-out-10	647	Coluna	Colunistas - Ruth de Aquino	Uma enorme hipocrisia eleitoral		S
30	17	16-out-10	648	Carta do Leitor	Caixa Postal	A fé e as urnas		S
31	17	16-out-10	648	Carta do Leitor	Caixa Postal	As manobras eleitorais		S
32	17	16-out-10	648	Nota	Primeiro Plano	Vamos Combinar - Disputa dogmática		S
33	17	16-out-10	648	Coluna	Colunistas - Fernando Abrúcio	Os dois engodos do segundo turno		S
34	17	16-out-10	648	Reportagem	Brasil	Esta não estava no programa		S
35	17	23-out-10	649	Reportagem	Brasil	Fechou o tempo		S
36	17	23-out-10	649	Editorial	da Redação	O desafio de cobrir a campanha eleitoral		S
37	17	23-out-10	649	Carta do Leitor	Caixa Postal	A discussão sobre a religião e o aborto		N
38	17	23-out-10	649	Coluna	Colunistas - Ruth de Aquino	A bolinha de papel que virou avalanche		S
39	17	29-out-10	650	Entrevista	Brasil	Dilma Rousseff: "Não retomamos as estatais vendidas porque respeitamos contratos"	x	S
40	17	29-out-10	650	Editorial	da Redação	Uma revista, três capas		S
41	18	06-nov-10	651	Coluna	Colunistas - Guilherme Fiuza	Dilma e o fetiche da mulher no poder		S
42	18	06-nov-10	651	Nota	Primeiro Plano	Vamos Combinar - Em atividade na noite da apuração		S
43	18	27-nov-10	654	Reportagem	Primeiro Plano	Bento XVI – Perdido na tradução		N
44	19	04-dez-10	655	Nota	Primeiro Plano	Vamos combinar - O voto perdido		S
45	19	18-dez-10	657	Nota	Primeiro Plano	Dois pontos: As frases que marcaram a semana		N
46	19	23-dez-10	658	Coluna	Colunistas - Ruth de Aquino	10 razões para se indignar		N
47	20	01-jan-11	659	Perfil	Brasil	Menos ditadura, mais temas atuais		N
48	20	01-jan-11	659	Aspas	Dois pontos:	Iriny Lopes		N
49	22	04-mar-11	668	Nota	Primeiro Plano	Fala, Mundo - O adeus de Jane Russell		N
50	24	14-mai-11	678	Reportagem	Sociedade	Doutor Horror	x	N
51	24	14-mai-11	678	Reportagem	Sociedade	Que preço estamos dispostos a pagar?	x	N
52	25	04-jun-11	681	Coluna	Colunistas - Fernando Abrúcio	O avanço obscurantista na política brasileira		S
53	25	25-jun-11	684	Reportagem	Brasil	Marina pede para sair		N

## Lista das Publicações – Revista Veja

Ordem das Public.	Período		E D I Ç Ã O	GÊNERO	EDITORIA	TÍTULO	C A P A	
	#m	Data						Elei-toral
1	1	3-jun-09	2115	Reportagem	Internacional	Uma corte mais parecida com o país		N
2	4	2-set-09	2128	Entrevista	Páginas Amarelas	Marina Imaculada	x	S
3	4	9-set-09	2129	Nota	Obituário	.		N
4	9	10-fev-10	2151	Crítica	Televisão	Prendas domésticas		N
5	10	10-mar-10	2155	Reportagem	Crime	Perigo.com		N
6	10	10-mar-10	2155	Reportagem	Saúde	A pílula de depois de amanhã	x	N
7	10	31-mar-10	2158	Reportagem	Internacional	A vitória é colossal		N
8	10	31-mar-10	2158	Reportagem	Especial	A justiça foi feita	x	N
9	12	26-mai-10	2166	Artigo	Lya Luft	O sexo triste dos jovens		N
10	13	30-jun-10	2171	Entrevista	Páginas Amarelas	Para crescer sem poluir		N
11	14	7-jul-10	2172	Nota	Leitor.Blogosfera	Jeannie sempre um gênio		N
12	14	7-jul-10	2172	Perfil	Panorama	Será que ela é?		N
13	14	7-jul-10	2172	Reportagem	Especial	O suspeito número 1	x	N
14	14	14-jul-10	2173	Carta do leitor	Leitor	.		N
15	14	14-jul-10	2173	Nota	Panorama - Radar	Em busca do voto evangélico		S
16	14	21-jul-10	2174	Carta do leitor	Leitor	.		S
17	17	6-out-10	2185	Aspas	Panorama - Veja essa	Aspas de Silas Malafaia		S
18	17	6-out-10	2185	Reportagem	Brasil	Verde com o coração vermelho	x	S
19	17	13-out-10	2186	Fotomontagem /Charge	.	.	x	S
20	17	13-out-10	2186	Coluna	Leitor - Blogosfera	E se o PT decidisse dizer a verdade?	S / X	S
22	17	13-out-10	2186	Reportagem	Brasil	Antes Depois	x	S
23	17	13-out-10	2186	Reportagem	Brasil	Voltamos à pergunta: Quando começa a vida?	S / X	N

24	17	13-out-10	2186	Reportagem	Brasil	O fracasso dos profetas		S
25	17	20-out-10	2187	Carta do leitor	Leitor	.		S
26	17	20-out-10	2187	Errata	Leitor	Correções		N
27	17	20-out-10	2187	Aspas	Panorama - Veja essa	Aspas Marta Suplicy		S
28	17	20-out-10	2187	Reportagem	Religião	Satons no tempo certo		N
29	17	20-out-10	2187	Reportagem	Retórica	Ele ajuda ou trapalha? Nem Deus sabe		S
30	17	20-out-10	2187	Coluna	Diogo Mainardi	Borat Rousseff		S
31	17	20-out-10	2188	Análise	Panorama	A bruxa está solta		N
32	18	3-nov-10	2189	Reportagem	Brasil	Lula e o futuro do lulismo	x	S
33	18	3-nov-10	2189	reportagem	Internacional	Será um banho de chá		N
34	18	10-nov-10	2190	Reportagem	Internacional	E o eleitor gritou: "Hell, no!"	x	N
35	19	29-dez-10	2197	Aspas	Panorama - Veja essa	Aspas Marta + Dilma		S
36	19	29-dez-10	2197	Nota	2010 - Brasil	Frio de arrepiar		N
37	23	6-abr-11	2211	Nota	Veja recomenda	Exposição - Paula Rego		N
38	26	22-jul-11	2222	Reportagem	Internacional	Emprego, emprego, emprego		N
39	26	29-jul-11	2223	Carta do leitor	Leitor	Catherine Deneuve		N
40	27	10-ago-11	2229	Entrevista	Páginas Amarelas	Entre a vida e a morte		N
41	28	7-set-11	2233	Reportagem	Livros	A ciência das escolhas difíceis		N

## Lista das Publicações – Revista IstoÉ

Ordem das Public.	Período		E D I Ç Ã O	GÊNERO	EDITORIA	TÍTULO	C A P A	
	#m	Data					Elei-toral	
1	2	29-jul-09	2072	Reportagem	Mundo	O barco do aborto		N
2	3	19-ago-09	2075	Reportagem	Comportamento	Elas decidem quando e como ser mães		N
3	3	26-ago-09	2076	Reportagem	Brasil	O trator Marina		S
4	7	4-dez-09	2091	Reportagem	Comportamento	Dez mil abortos e um suicídio		N
5	7	18-dez-09	2093	Reportagem	Internacional	Nunca antes nesse país		N
6	11	21-abr-10	2110	Reportagem	Eleições 2010	Católicos divididos		S
7	13	9-jun-10	2117	Reportagem	Brasil	Os sonhos de Marina	x	S
8	13	9-jun-10	2117	Editorial	Editorial	A utopia de Marina		S
9	13	9-jun-10	2117	Entrevista	Brasil	"Podemos antecipar o futuro"	x	S
10	15	4-ago-10	2125	Reportagem	Brasil	Votos da fé		S
11	16	29-set-10	2133	Entrevista	A Semana	"Meus agente me incentivaram a abortar"		N
12	17	6-out-10	2134	Reportagem	Eleições 2010	Os bastidores da chegada		S
13	17	13-out-10	2135	Editorial	Editorial	"A caça a Marina"		S
14	17	13-out-10	2135	Reportagem	Eleições 2010	Uma difícil mudança para Serra		S
15	17	13-out-10	2135	Reportagem	Eleições 2010	A cruzada contra a guerra suja		S
16	17	20-out-10	2136	Editorial	Editorial	"Onde estão as propostas?"		S
17	17	20-out-10	2136	Reportagem	Eleições 2010	Uma campanha sem propostas		S
18	17	27-out-10	2137	Reportagem	Eleições 2010	Os santinhos de uma guerra suja	x	S
19	17	31-out-10	2138	Opinião	Colunistas	Anatomia da rejeição		S
20	18	3-nov-10	2139	Reportagem	Especial Dilma Presidente	A mulher no poder	x	S
21	20	26-jan-11	2150	Entrevista	Entrevista	Dom Manuel Edmilson da Cruz - "Votar em corrupto é votar na morte"		S
22	21	16-fev-11	2153	Reportagem	Comportamento	Deus e o sexo		N
23	22	2-mar-11	2155	Reportagem	Brasil	A ministra das trombadas		N
24	23	27-abr-11	2163	Reportagem	Comportamento	O santo das multidões	x	N
25	25	1-jun-11	2168	Reportagem	Comportamento	Padres, orgias e baladas		N
26	27	3-ago-11	2177	Reportagem	Comportamento	A vida depois do aborto		N

## Lista das Publicações – Revista Carta Capital

Ordem das Public.	Período		E D I Ç Ã O	GÊNERO	EDITORIA	TÍTULO	C A P A Elei- toral
	#m	Data					
1	14	15-jul-10	604	Opinião	Política	Uma coligação higienista	S
2	16	1-set-10	610	Opinião	Internacional	A invasão dos bárbaros	N
3	16	20-set-10	614	Editorial	Editorial	Espanto e pavor. Em Marte	S
4	16	21-set-10	614	Reportagem	Política	Os campeões da truculência	S
5	17	14-out-10	617	Opinião	Política	Cartas na mesa	S
6	17	14-out-10	617	Reportagem	Política	Na Idade Média	S
7	17	27-out-10	619	Opinião	Política	Papéis e papelões	S
8	18	8-nov-10	620	Opinião/reportagem	Política	A primeira presidente	S
9	18	10-nov-10	621	Opinião	Política	Neocons à brasileira	S
10	20	28-jan-11	631	Editorial	Editorial	O fantasma fardado e outras histórias	N
11	21	17-fev-11	633	Reportagem	Política	O dono do ninho	N
12	22	2-mar-11	635	Opinião	Política	Quer ganhar uma eleição?	S
13	23	28-abr-11	643	Entrevista	Sociedade	O pastor herege	N
14	24	4-mai-11	644	.	Internacional	Teologia do espetáculo	N
15	24	19-mai-11	646	Opinião	Internacional	Crise de identidade	N
16	25	30-jun-11	652	Reportagem	Internacional	Proteção sob o sol do Brasil	N